

INTRODUÇÃO

A contextualização histórica do Brasil nas décadas de 1950 e 1960 até o início da ditadura em 1964 é uma tradução de efervescência política e econômica.

Nos anos de 1950 Getúlio Vargas ainda permanecia no poder como presidente reeleito (primeiro mandato 1930). Sua bandeira é a defesa do petróleo brasileiro e a luta contra o imperialismo dos Estados Unidos.

Nas águas internacionais o início da guerra da Coreia é o assunto do momento. O duelo entre EUA e URSS está apenas começando. A guerra da Coreia durou três anos entre o lado comunista (norte-coreanos e chineses) e o lado capitalista (estadunidenses e sul-coreanos).

Os anos entre 1956 e 1961 compreendem ao governo Juscelino Kubitschek que lidera uma revolução nacional com uma política econômica industrial e desenvolvida. O slogan de JK “cinquenta anos em cinco” fazia parte do Plano de Metas que permitiria ao país desenvolver em ritmo acelerado sua economia. Juscelino abre as portas do Brasil ao capital estrangeiro, que instala indústrias com facilidades fiscais e mão-de-obra barata e abundante. A nova capital do país, Brasília impulsiona a geração de novos empregos na indústria e no comércio, a ampliação do consumo - tudo isso cria uma atmosfera de euforia no país.

Ultrapassando as fronteiras nacionais, o mundo observa outro sistema econômico-político, o socialismo, conquistar mais um adepto. A vitória da Revolução Cubana inicia um novo tempo para os países de “terceiro mundo” (atuais países em desenvolvimento) e reforça as relações de força entre as grandes nações e aguça a consciência dos Terceiro Mundo no sentido de se manterem independentes dos estados Unidos e da União Soviética.

É neste cenário tão rico e repleto de anseios por mudanças que é narrado o filme de João Goulart, uma personalidade enigmática da história brasileira. Herdeiro do mito Getúlio Vargas e vice-presidente de outro titã, Juscelino Kubitschek, Jango utilizou o populismo como mola propulsora para sua ascensão eleitoral, porém os fracos desempenhos da sua propaganda política e de seu espírito de liderança fizeram-no naufragar, culminando sua trajetória no golpe militar de 1964.

Neste trabalho vamos analisar o filme intitulado *Jango - Como, quando e porque se derruba um presidente*, de Silvio Tendler. O estudo é um recorte do cinema de resistência desenvolvido durante o regime militar nas décadas de 1960 a 1980. A ideologia esquerdista é o grande destaque nas produções artísticas da época. As peculiaridades de uma sociedade que lutava por um regime diferente do estabelecido dá o tom na construção do imaginário narrado no filme Jango.

O documentário foi lançado em 1984 tem a duração de quase duas horas (117 minutos) e narra a carreira do rapaz que saiu dos pampas para ser presidente do Brasil. Um percurso que começou aos 28 anos, quando, a convite e insistência de Vargas, concorreu a uma cadeira na Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul. Ele foi eleito com 4.150 votos, tornando-se o quinto candidato mais votado, a frente de seu cunhado Leonel Brizola (casado com sua irmã Neusa até a morte dela em 1993), outra estrela em ascensão do PTB.

A imagem pública de Jango para quem o desconhece é uma e a partir do documentário de Tendler passa a ser outra. Um filme que remonta o contexto histórico político da pré-ditadura, lançado durante o processo de redemocratização do país. O cinema que é uma ferramenta poderosa da propaganda política é analisado nesta pesquisa como instrumento para um imaginário coletivo, que no caso promove a luta contra o regime militar.

O objetivo central deste estudo é entendermos como o cinema pode contribuir para a disseminação da propaganda política e do imaginário coletivo.

Busca-se ainda analisar a imagem pública de João Goulart retratada pelo filme “Jango”, de Silvio Tendler. Como o estudo foi norteado do ponto de vista da comunicação política, analisamos as estratégias da propaganda política, ideológica e imaginário coletivo mostradas no filme e também utilizadas na construção do roteiro do mesmo. Vale destacar que o filme retrata um candidato morto e deposto 20 anos depois. Tratando-se assim, não de uma promoção de um candidato ou realização de campanha política eleitoral, mas da promoção de uma ideologia de esquerda liderada na época por João Goulart.

Considerando que o estudo proposto busca obter informações de natureza histórica, a fim de poder identificar a imagem pública refletida pelo documentário Jango, partindo do prisma do emissor, ou seja, do diretor, foi adotado, por força de suas características tipológicas e metodológicas, a pesquisa qualitativa como método. O

objetivo é verificar como a imagem de João Goulart aparece em cada cena do referido filme, comparando com os embasamentos teóricos existentes.

Segundo Richardson (1989: p 39) os estudos que empregam uma metodologia qualitativa podem descrever a complexidade de determinado problema, analisar a interação de certas variáveis, compreender e classificar processos dinâmicos vividos por grupos sociais, contribuir no processo de mudança de determinado grupo e possibilitar, em maior nível de profundidade, o entendimento das particularidades do comportamento dos indivíduos.

A técnica empregada será o estudo de caso por ser extensivamente utilizada em pesquisa nas Ciências Sociais e em disciplinas como Antropologia, Ciência Política, Sociologia, Administração Pública e Educação. O estudo de caso integra o uso de um conjunto de ferramentas para levantamento e análise de informações. Segundo Yin (2001, p.32) “o estudo de caso é uma inquirição empírica que investiga um fenômeno contemporâneo e o contexto da vida real, quando a fronteira entre o fenômeno e o contexto não é claramente evidente e onde múltiplas fontes de evidência são utilizadas”. Ele enfatiza se a estratégia preferida quando é preciso responder a questões do tipo “como” e “por que”, o pesquisador tem pouco controle sobre os eventos e quando o foco se encontra em fenômenos contemporâneos inseridos em algum contexto da vida real.

A pesquisa foi executada em três momentos: a parte teórica, a parte empírica e a análise e interpretação dos dados. A parte teórica será norteadada pelos autores Adolpho Queiroz, Rubens Figueiredo, Carl Jung, Serge Tchakhotine, Cornelius Castoriadis, Tomas Skidmore e Sal Randazzo e sobre seus conceitos de imaginário coletivo, propaganda política e ideológica, mitologização e arquétipos. Após esse passo será feita a decupagem do longa metragem.

Decupagem (do francês *découpage*, derivado do verbo *découper*, recortar) significa, originalmente, o ato de recortar, ou cortar dando forma. Na indústria, indica um processo de fabricação de peças metálicas por recorte de superfície. Nas artes decorativas, um sistema de colagem de papel e papelão sobre objetos. Em cinema e audiovisual, decupagem é o planejamento da filmagem, a divisão de uma cena em planos e a previsão de como estes planos vão se ligar uns aos outros através de cortes.

O processo de decupagem pode ser dividido em duas partes, a fase inicial é a análise técnica, onde com o roteiro pronto, começa o processo de levantamento de

necessidades cena a cena. É aqui que se decide, baseado no custo e na opção estética, qual será o meio usado para o projeto (PEREIRA, 2007, p.02).

Depois da exibição e observação do filme, inicia-se a segunda parte do processo, a decupagem do material filmado, onde, usando a ficha de filmagem como guia, são escolhidos os takes que serão utilizados na edição. E nada mais é que uma lista dos takes utilizáveis, escritas no formato cena/plano/take. O diretor do filme é o responsável pela decupagem técnica, ele é quem transforma a obra literária em cinematográfica, para isso, é imprescindível que ele tenha conhecimento da linguagem cinematográfica, assim como os melhores modos de narrar para que, no final do trabalho descontínuo de filmagem, os planos se encaixem formando um conjunto coerente, cronológico e definitivo, que constituirá o filme. Pois é através da transposição do roteiro literário para o roteiro técnico, que a história do é contada em planos.

A decupagem foi agilizada para a realização desta pesquisa através do roteiro impreso em formato de livro (publicado pelo próprio diretor, Silvio Tendler) e a comparação com a exibição do filme. Assim podemos ter uma noção clara de passo a passo de efeitos das câmeras, entrevistas e narrativas em *off*¹.

Partindo desta metodologia, dividimos esta pesquisa em três capítulos respectivamente: Imaginário e Política, A trajetória política de João Goulart e Cinema de resistência na construção do imaginário político.

No primeiro capítulo temos abordamos temas relevantes ao embasamento da dissertação. Imaginário; mitologia; arquétipos e inconsciente coletivo; mitologização e os símbolos na política; e o marketing político e a mitologização do candidato fundamentam nossa hipótese de que a consolidação da imagem pública deriva da combinação de vários ingredientes acima citados.

No segundo capítulo vamos falar da biografia de João Goulart, desde sua infância no Rio Grande do Sul, passando pela morte do seu pai em 1943, quando Jango como filho mais velho ficou com a responsabilidade de cuidar de suas propriedades rurais. Goulart tomou gosto pela fazenda e logo se tornou um dos estancieiros mais influentes da região. Após a renúncia de Getúlio Vargas e seu retorno a São Borja em outubro de 1945, Jango já era um homem rico aos 27 anos de idade. Ele não precisava

¹ Off Topic, off-topic (ou abreviado para OT, ou até mesmo a expressão "em off") é um termo em inglês bastante comum no internetês que traduzido seria "fora do assunto". Informação que o jornalista não pode divulgar.. Aqui no texto refere-se a VOZ-OFF - Texto ou comentário que é dito ou gravado sobre imagens por um locutor que não é visível.

da política para subir na vida, mas os frequentes encontros com Vargas, amigo íntimo de seu pai, influenciaram-no a escolher a carreira política.

A partir daí a carreira política só teve ascensão e Goulart passou pelos cargos de Deputado Estadual (1947), Deputado Federal (1950), Secretário de Estado de Interior e Justiça na gestão de Ernesto Dorneles, primo de Getúlio, no Rio Grande do Sul (1951), Ministro do Trabalho de Getúlio Vargas (1953), Vice-Presidente do Brasil, na chapa PTB/PSD – Vice de JK (1955), Vice-Presidente de Janio Quadros (1960), Presidente da República (1961).

João Goulart morreu, oficialmente, vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes, Corrientes em 6 de dezembro de 1976. Existem, contudo, suspeitas por parte de familiares, colegas de política e outras personalidades de que João Goulart tenha sido assassinado por agentes da Operação Condor. Não foi realizada autópsia alguma em seu corpo antes de seu sepultamento. Supõe-se que tenha sido envenenado.

No último capítulo a narrativa enfoca o cinema de resistência como ferramenta da propaganda política, sendo realizada uma retrospectiva das origens da sétima arte no mundo e no Brasil, passando pelo papel de pulverizados da cultura de massa até os filmes hollywoodianos. A seguir apresentamos o cinema de resistência propriamente dito, citando exemplos de longas que foram produzidos durante a ditadura e seu cunho social e político. O texto perpassa desde o rígido regime militar até o início da redemocratização brasileira, apresentando quadros de contextualização sócio-político e artístico-cultural no âmbito nacional e internacional. Em seguida temos a descrição do documentário analisado nesta dissertação, tais como roteiro, ficha técnica e produção. Na sequência segue a biografia do diretor Silvio Tendler e suas impressões sobre seu filme.

A última parte é a análise da construção imaginária no documentário Jango Goulart, onde ele é mostrado como um mito (mártir). São analisadas as principais cenas do filme entremeando o embasamento teórico de propaganda política, ideológica e imaginário. É possível rever conceitos de simbolismo, mitologização e arquétipos no decorrer do texto. Destacamos em especial a relação da propaganda política com o cinema na construção de mitos. Goulart que aparece no filme como um líder esquerdista (graças a sua plataforma política das reformas de base) morto e deposto há 20 anos resgata o espírito de luta, de esperança e que existe alternativa para os cidadãos. A imagem construída da direita também é assegurada no longa-metragem. A partir desta leitura de

direita Jango “veste” a roupa de subversivo e comunista, que atravanca o progresso da nação.

Esta pesquisa também está inserida no projeto de recuperação da memória e evolução da propaganda política na história das eleições brasileiras conduzido na Umesp (Universidade Metodista de São Paulo) pelo professor Doutor Adolpho Queiroz. Esta é a primeira vez que o cinema entra como objeto empírico e de análise, anteriormente as dissertações orientadas e defendidas tiveram como objetos de pesquisas jornais de época, revistas, material de publicidade e propaganda, vídeos, jingles e só agora procura discutir a evolução do marketing político no Brasil republicano a partir de um documentário histórico cinematográfico brasileiro.

A seguir a análise do filme propriamente dita, com as impressões e comparações da pesquisa. O trabalho foi concluído um aparato geral de todo material recolhido, documentado, estudado e analisado, evidenciando o que pode ser constatado com a pesquisa no que concerne à influencia do cinema na reconstrução da imagem pública de João Goulart, como também as estratégias de propaganda política utilizadas por este meio de comunicação.

CAPÍTULO I – IMAGINÁRIO E POLÍTICA

1.O imaginário

A palavra política fomenta na cabeça do indivíduo, dependendo do país em que vive, um tipo de imaginário. Apesar de aparecer no dicionário como: 1. arte ou ciência de governar; 2. arte ou ciência da organização, direção e administração de nações ou Estados ou ainda 3. a aplicação desta arte nos negócios internos da nação (política interna) ou nos negócios externos (política externa)², no Brasil, por exemplo, a palavra política vem arraigada a corrupção, desonestidade e outras conotações negativas.

Esse imaginário não surge “do nada” na mente da pessoa, mas literalmente brota. Para este conceito negativo desenvolver-se foi semeado “algo” no inconsciente do indivíduo, cultivado com muita intensidade, a partir de sua inserção social ou vivência num coletivo. Quando se fala em imaginário se atrela ao falso, ao fantasioso. Porém o imaginário vai, além disto, e gera várias definições por diferentes autores. Deleuze (1992) aponta autores como Bachelard que afirma que o imaginário é nossa válvula de escape, nossa abertura para outras sensações. Já para Le Gof o imaginário apesar de estar na área da representação, vai, além disto, pois cria, tangido poeticamente, dando toques particulares a esta representação.

Segundo Castoriadis (1995, p.177) o imaginário se define pela imagem que os indivíduos e os grupos sociais têm do mundo, dos objetos e dos seres que compõem este mundo, bem como a imagem que fazem de si mesmos, de suas necessidades, de suas finalidades e de seus valores.

A instituição, conforme assinala Castoriadis, é uma rede simbólica definida socialmente, que contém os componentes organizador e do imaginário. O conceito de imaginário em Karl Marx explica, através da noção de alienação, a autonomia das instituições econômicas ou religiosas como produtos independentes das ações humanas, expressando as contradições reais entre o produtor e o produto que passa a ser reificado. O imaginário seria, então, a solução fantasiosa das contradições reais. (LAPLANTINE E LIANA TRINDADE, 1996, p.7)

² Dicionário Michaelis. Portal Uol. Disponível em <http://michaelis.uol.com.br/moderno/portugues/index.php?lingua=portugues-portugues&palavra=pol%EDtica> Acesso em 22 de dezembro de 2010.

Em uma última tentativa de apresentar esta gama de conceitos sobre o imaginário e ao que vai a encontro aos nossos pensamentos, citaremos Durand (1997, p.14) que afirma que o imaginário é o “conjunto das imagens e das relações de imagens que constitui o capital pensado do homo sapiens”, é a recriação das relações inexistentes no mundo real que é captada e estimulada neste imaginário. Durand discorda de Lacan, que afirma que o imaginário resume-se a experiências individuais e fraudulentas, enquanto simbólico seria coletivo e cultural. “O imaginário não só se manifestou como atividade que transforma o mundo, como imaginação criadora, mas, sobretudo como transformação eufêmica do mundo, como intellectus sanctus, como ordenança do ser às ordens do melhor” (DURAND, 1997, p.432).

O imaginário ainda está ligado à ideologia, que neste trabalho se manifesta no cinema brasileiro de resistência dos anos de 1980. Althusser define ideologia como um sistema socialmente necessário de representações, cuja estrutura permanece inconsciente ao seus protagonistas, e que exprime, sob a forma do imaginário, a relação vivida entre homens e o mundo (ROUANET, 1978, p.12).

Este imaginário social é que dá o tom na política. Neste jogo outros ingredientes se misturam para dar o tempero da disputa política: os mitos, os arquétipos, a propaganda persuasiva e a ideologia e a exploração do inconsciente coletivo.

2 - A mitologia

Diante do universo caótico e atomizado que tem caracterizado a hipermodernidade³, é natural a busca por uma ancoragem traduzida pela busca de sentido e unidade, por segurança e até mesmo por uma unidade comunitária (GALINDO, 2007, p.74). Os mitos cumprem muito bem essa função de ancoragem, pois representam situações padrão e atemporal, tal qual a morte, o nascimento, o casamento e o envelhecimento. Na colocação de Ulson (1995), os mitos explicam, auxiliam e promovem as transformações psíquicas, tanto no nível individual como no

³ O termo hipermodernidade foi apresentado por Gilles Lipovetsky, em seu trabalho “Os tempos Hipermodernos”, publicado em 2004, pela editora Barcarolla. Neste trabalho o autor evidencia que o neologismo sociedade pós-moderna já não consegue atender as questões da temporalidade, uma vez que presa a um passado recente, ela apresenta o que Jean-François Lyotard apontou como temporalidade presentista, ou, o aqui e agora. Lipovetsky aponta para uma modernidade elevada a potencia superlativa, onde tudo é hiper, surgindo, portanto uma modernidade desreguladora e globalizada, caracterizada pelos extremos, a mercê de uma dinâmica ilimitada, ou a uma espiral hiperbólica onde o presente e futuro convivem sob o manto da inovação e da cultura do mais rápido e do sempre mais.

coletivo, de uma determinada cultura. Portanto, entende-se por mitologia o estudo sobre mitos, deuses e lendas.

Jung (2008) evidencia a conexão entre mito, psique e inconsciente, em seu trabalho com pacientes psiquiátricos, pois eles expressavam imagens arcaicas e padrões de pensamento que não podiam ser explicados por suas histórias pessoais. Contudo, Jung encontrou imagens iguais ou semelhantes, mitologicamente, na alquimia e em outras antigas fontes mitopoéticas (sentidas pela alma). Como diriam Campbell e Moyes (1990), os mitos relacionam-se com a nossa busca de sentido, de significações, de verdade ou de ancoragem através da história.

Randazzo (1996, p. 56) aponta para a questão da limitação do conceito da mitologização nas culturas ocidentais européias. Quando se fala em mitologia já vem a cabeça a grega e/ou romana. Os deuses do Olimpo povoam nosso inconsciente coletivo e nos remetem ao termo mitologia. No entanto existem várias mitologias, como a indígena, árabe, nórdica, asiática, entre outras.

O destaque para a mitologia greco-romana é que a mídia ocidental sedimentou durante anos este eurocetrismo nas culturas ocidentais. Vale ressaltar ainda que a mitologia vai além do que entendemos no senso comum, como algo maravilhoso e fantástico. “[...] abrange qualquer coisa que de alguma forma mitifica ou ‘enfeita a realidade’”. (RANDAZZO, 1996, p. 57). O homem da embalagem da farinha de aveia Quaker, por exemplo, se ele existiu ou não, ninguém tem certeza, porém ele se tornou um mito através da propaganda do cereal. Ou mesmo a mulher apresentada na embalagem dos palitos de dentes da marca Gina, que se tornaram os mais conhecidos no Brasil inteiro.

Portanto, mitologizar se resume naquilo que “inclui todas as formas de ficção narrativa simbólica mostrando padrões recorrentes universais e coletivos de resposta psíquica às experiências da vida [...], qualquer representação humana vista sob a perspectiva da alma” (HEISIG *apud* RANDAZZO, 1996, p. 58). Certamente, essa definição de mitologização parece particularmente apropriada para a publicidade. Afinal, a publicidade é um tipo de comunicação em forma de história, uma ficção narrativa que além de transmitir informações acerca do produto/serviço, procurando refletir os valores, o estilo de vida e a sensibilidade e/ou cultura que envolve o consumidor-alvo.

Para Joseph Campbell e Bill Moyes (1990, p.31), a riqueza dos mitos não está em elucidar ou revelar algum tipo de significado para a vida, mas em ser um registro

simbólico da própria experiência de estar vivo. Os autores dizem que os mitos atuam em vários níveis, a saber:

Quadro 1 – Funções

Função mística	Nessa função, os mitos ajudam a perceber “a maravilha que é o universo, e a maravilha que nós mesmos somos”, deixando-nos “fascinados diante do mistério”.
Função cosmológica	Os mitos nos ajudam “a entender o universo e o lugar que ocupamos nele”.
Função sociológica	Nesse sentido, os mitos agem “apoioando e defendendo uma certa ordem social”.
Função pedagógica	Os mitos ensinam “como viver a nossa vida sob qualquer circunstância”.

Fonte: Campbell e Moyes (1990, pgs 45, 44 e 235.).

Como uma espécie de portal para um mundo cheio de energia criadora, a mitologia acessa nossa mente inconsciente, pois lá que desenvolvemos nosso aspecto irracional, intuitivo da psique humana. Como se fosse camadas adormecidas que o dia-a-dia não permite ultrapassar. Como exemplificado no filme “A Origem” (2010), onde os sonhos são portais para nosso inconsciente.

Através da mitologia vamos além, mergulhamos em um mundo incrustado que se faz descobrir numa fonte rica e de vital energia. (RANDAZZO, 1996, p. 63)

3 – Arquétipos e o inconsciente coletivo

Jung considera arquétipo como uma espécie de fôrma, algo que trazemos desde o útero materno. Essas “fôrmas” são usadas para desenvolver nossa psique. Para Jung (2008, p.13-14), as “imagens primordiais” se originam de uma repetição constante de uma mesma experiência durante gerações e tendem a produzir a repetição e a elaboração dessas mesmas experiências em cada geração.

Dorin (1987) nos explica que Freud iniciou seus estudos sobre o inconsciente de uma maneira diferente de Jung, partindo da perspectiva de um inconsciente individual e negativo, no qual guardamos as experiências que não foram positivas pelo consciente (*self* ou “eu”). Jung defende a ampliação desse conceito, defendendo a existência de um inconsciente coletivo, no qual guardamos as principais lembranças não só de um ser, mas de toda uma civilização humana.

No seu trabalho com pacientes psiquiátricos, Jung ficou impressionado com o fato de imagética parecida, amiúde arcaica, ser usada por muitos de seus pacientes. A partir de suas observações, Jung desenvolveu a idéia de ‘inconsciente coletivo’; um inconsciente que contém imagens arquetípicas (universais) cuja pista pode ser seguida até as origens da espécie humana e que são as mesmas para todas as pessoas. Para Jung as imagens arquetípicas contidas no inconsciente estão profundamente arraigadas na espécie humana e, de alguma forma funcionam como instintos que influenciam e controlam o nosso comportamento. A imagem arquetípica é um marco fundamental na obra de Jung e a chave para que possamos entender a conexão entre mitologia e a psique humana (RANDAZZO, 1996, p. 65).

A própria derivação do termo arquétipo – do grego, *archétypon* – remete ao significado de “modelo” ou “padrão”. Portanto, o que temos aqui é a noção clara de idéias universais da mente humana, que reproduzem idéias arquetípicas. O arquétipo, a princípio, pode receber um nome e possui um núcleo de significado invariável, o qual determina sua aparência apenas a princípio, mas nunca concretamente. O modo pelo qual, por exemplo, o arquétipo da mãe sempre empiricamente, nunca pode ser deduzido só dele mesmo, mas depende de outros fatores. “Embora a figura da mãe, tal como aparece na psicologia dos povos, seja de certo modo universal, sua imagem muda substancialmente na experiência prática individual” (JUNG, 2008, p. 93).

Cada arquétipo tem seu próprio grupo de símbolos ou cânone de símbolos, que também é criado e guiado pelo inconsciente. A força poderosa de uma imagem arquetípica – como a imagem de mãe/filho – está no fato de os humanos responderem a ela não só em nível consciente, mas também num mais profundo e instintivo nível inconsciente. Eles constituem, para a psicologia junguiana, manifestações imateriais que modelam os eventos psíquicos.

4 - A mitologização e os símbolos na política

Uma contribuição significativa para a percepção da articulação simbólica nas práticas discursivas é proposta por Barthes (2007, p. 235), ao evidenciar que

passando da história à natureza, o mito faz uma economia: abole a complexidade dos atos humanos, confere-lhes a simplicidade das essências, suprime toda e qualquer dialética, qualquer

elevação para lá do visível imediato, organiza um mundo sem contradições, porque, sem profundidade, um mundo plano se ostenta em sua evidência e cria uma afortunada clareza: as coisas sozinhas parecem significar por elas próprias.

De acordo com Barthes (2007), apesar de, em seu sentido original, o mito remeter ao intemporal, em seu aspecto moderno, especialmente no campo político, ele também é dotado de historicidade. Se os mitos cosmogônicos eram resistências do homem primitivo, ao tempo e à história, os mitos modernos, ao contrário, são históricos, ocultos sob o manto da razão, embora remetam a imagens primordiais, não-históricas e à vocação de todo candidato em recriar um novo mundo, novas situações, novo equilíbrio da ordem e da paz, diante de um caos oriundo do antecessor político que, por inabilidade, arrastou a todos para um apocalipse previsível, agendado. Aqui, evidencia-se o confronto escatológico do caos presente, com a promessa messiânica de um novo mundo, novo momento ou o renascer através da repetição da criação ou da cosmogonia.

Ainda seguindo o pensamento de Barthes (2007, p. 131), outra característica do mito é seu caráter imperativo e interpelador. Para autor, o mito é “uma fala definida pela sua intenção”. Pensar o discurso político atual, com base nessa perspectiva, permite perceber que artifícios diversos – como discursos, gestos, fotografias, vídeos, dentre outros artefatos materiais que fomentam a elaboração de discursos – são fontes importantes de análise e que constituem elementos que podem ser manuseados a partir de uma intenção específica.

Ao citarem Girardet, Bezerra e Lima (2008, p. 19) dizem que há uma forte ligação entre o contexto histórico, a biografia, a narração mítica e a lenda com a figura legendária. São estes fatores que determinam o domínio do mito e a permanência no imaginário coletivo.

Nas palavras do próprio Girardet (1989, p. 82),

quanto mais o mito ganha amplitude, mais se estende por um largo espaço cronológico e se prolonga na memória coletiva, mais se deve esperar, aliás, ver os detalhes biográficos, as características físicas ganhar importância. A altura do general de Gaulle, o tom zombeteiro de sua voz, suas fórmulas, suas tiradas e suas insolências – sua lenda seria hoje a mesma se não tivesse conservado a memória desses traços?

Na política, essa evolução, essa tendência para o uso dos símbolos, tem grande valor.

É evidente que um movimento político só tem a possibilidade de sucesso se suas idéias são adotadas por um número considerável de pessoas que delas se apoderem por um processo de assimilação e, além disso, quando são compreendidas e sustentadas, de maneira unânime, pela grande maioria dos adeptos desse movimento. Se essas condições estão presentes ao espírito, logo se compreende que um tal movimento político só pode obter rápido sucesso se tem uma maneira – por assim dizer estenográfica – de exprimir suas idéias, um simbolismo próprio; poderá, então, ser aceito, de forma rápida e uniforme, por um grande número de pessoas (TCHAKHOTINE, 1967, p. 258).

O emprego dos símbolos é um dos estratagemas mais eficazes preferidos pelos líderes para dirigir as massas, para aspirar e inspirar as emoções nas multidões. Segundo Lippmann (*apud* TCHAKHOTINE, 1967, p. 259), trata-se de “um truque para criar o sentimento de solidariedade e, ao mesmo tempo, explorar a excitação das massas”.

Outro exemplo é a Segunda Guerra Mundial (1939-1945). Nunca a propaganda política aliada ao simbolismo foi tão exposta. A Segunda Guerra é considerada por vários historiadores um dos fatos mais marcantes da Era Moderna. Em um conflito que resultou no extermínio de cerca de 70 milhões de pessoas e que a mídia ocupa lugar de destaque neste cenário. Naquela época, apesar dos adventos do rádio e do cinema, a mídia impressa era a principal fonte de informação no mundo e por isso não era desperdiçada nem pelo Eixo (Alemanha, Itália e Japão), nem tão pouco pelos aliados (União Soviética, Estados Unidos e Inglaterra).

Ambos aproveitaram todos os artifícios concedidos principalmente por jornais e revistas para expandir as ideologias defendidas por cada bloco de países. Segundo Mattos (1991) na Alemanha nazista foi criado até um Ministério da Propaganda, chefiado por e Joseph Goebbels. Este órgão dirigia e controlava a imprensa, literatura, artes visuais, filme, teatro e música na Alemanha Nazista. Nos Estados Unidos não foi diferente, o Departamento de Informações de Guerra, contou com um orçamento de US\$40 milhões para divulgar as “ações patrióticas” dentro e fora do país.

Ainda de acordo com Mattos (1991) o Ministério da Propaganda Alemã credenciava os jornalistas de guerra “neutros”, que semelhante ao que aconteceu no Brasil com Hipólito da Costa, recebiam privilégios especiais, como alimentos extras, combustível e até uma taxa cambial especial para suas respectivas moedas. A consequência desta “boa ação” dos nazistas foi refletida, nas primeiras etapas da guerra, com a repercussão positiva das forças alemãs pela imprensa. Em contrapartida estes mesmos

correspondentes, durante o primeiro semestre da guerra, não receberam nenhum benefício do governo britânico (que fazia parte dos Aliados).

Os órgãos de propaganda de cada país participante ativamente da guerra procuram esconder suas barbáries de batalha, porém as falhas do inimigo eram visivelmente postas em evidência para o público. Prova disto são os diversos filmes hollywoodianos que retratam o holocausto, demonizando os alemães e esquecendo que todos os países, tanto do eixo quanto dos aliados, tiveram sua parcela de culpa no maior genocídio da Era Moderna (SOUZA, 2010, p.2).

A propaganda política usada no cinema nesta fase da história destacou os arquétipos do “herói”. Era comum o cinema nazista, fascista e norte-americano utilizarem os longas metragem para persuadir e disseminar a ideologia partidária.

Durante a Segunda Guerra Mundial foram produzidos diversos filmes dedicados à glorificação do soldado e à exaltação da preparação bélica das forças armadas: *Squadron bianco* (1936), de Augusto Genina, tinha como protagonistas os soldados italianos que lutavam na Líbia; *Luciano Serra, pilota* (1938), de Goffredo Alessandrini e Vittorio Mussolini, exaltava heroísmo dos aviadores italianos através das aventuras do piloto Luciano que, durante quase 15 anos após o final da Primeira Guerra Mundial, desafiando o desejo dos seus pais, vive como um aventureiro da aviação, atuando em números aéreos circenses na América do Sul. No entanto, aos 40 anos de idade, o herói egoísta é redimido pelo seu patriotismo e decide retornar à Itália e marchar como soldado voluntário para a Guerra da Etiópia. Seu filho Aldo, também um piloto, vai para a guerra, mas acaba sendo morto pelos etíopes. Na cena final, a medalha de ouro ganha pelo seu pai é colocada no peito do herói morto, Aldo; *Uomini sul fondo* (1941) e *Marinai senzastelle* (1943), de Francesco de Robertis, chefe do serviço cinematográfico da Marinha, eram dedicados aos marinheiros italianos; e *L’Uomo della Croce* (1942), de Roberto Rossellini, contava a história de um padre italiano que, na frente russa, pegou em armas para combater ao lado dos camisas negras (PEREIRA, 2003, p. 108)

Estas fórmulas foram reaplicadas em diversos governos ao redor do mundo. Mas salientamos que não foi exclusividade dos países participantes da Segunda Guerra, como sabemos desde os tempos de apogeu da civilização egípcia, passando pelo império romano e caindo no reinado de Luís XIV, que a propaganda política utiliza imagens. “Julio César fazia afixar certas notícias nas paredes do *Forum*, mas circulava uma versão bem diferente entre os membros da classe governante” (BROWN, 1976, p. 17).

Peter Burke (1994) em seu livro “A fabricação do rei”, explica o funcionamento da máquina de propaganda de Luis XIV, que foi surpreendente para sua época (século

XVII). Burke narra como a construção da imagem pública é oriunda da junção da arte e do poder para aquele rei e da manipulação dos canais de comunicação (oral, visual e escrito) e seus códigos (literários e artísticos), além do público alvo e sua reação a tal massacre publicitário. “As grandes somas de dinheiro e os cuidados empregados na fabricação da imagem pública de Luís XIV o transformaram numa criatura dotada de poderes divinos” (BURKE, 1994, p. 21). A propaganda política fomentou o imaginário coletivo que o “Rei Sol” ocupa até hoje.

Os políticos desde outrora sempre desejaram isto e não se importam em serem produtos. A comunicação, quando destinada a produto, faz valer sua condição de produção simbólica por excelência, pois agrega a um bem material, valores, sentimentos, sonhos, fantasias, enfim, a dimensão imaterial que promove a diferenciação. Como alega Claude Hopkins (1966, p. 110), “tentamos dar a cada anunciante um estilo apropriado. Tornando-o distinto, talvez não em aparência, mas em maneira e tom. É lhe dada uma individualidade que melhor convenha às pessoas a que se dirige”. E isso é exatamente o que ocorre na prática do marketing político e na propaganda política.

A população precisa ver o candidato como um benfeitor que esteja atento as suas angústias e desejos. Veblen (1983) discorre sobre isso em seus estudos, dizendo que o homem sempre persegue o honorífico, mesmo que este não o detenha; ele quer estar sempre ao lado de quem possui o honorífico – o vencedor, o guerreiro, o herói, aqui representado pelo candidato mais forte/qualificado. Essas simbologias, conceituadas por Jung como arquétipos, vivem no nosso inconsciente e nos remetem aos anseios mais profundos. O marketing apropria-se dessa condição como mola propulsora para determinar nossas satisfações. Quem não quer eleger um candidato que vai amparar e proteger a todos? Isso contempla o arquétipo do grande pai, aliado ao do herói, que remete ao modelo mental tornando visível, real e factível.

6 - O marketing político e a mitologização do candidato

A atividade política é comandada por um jogo de poder, onde o poder econômico desempenha um papel fundamental. Segundo SANTOS (2007, p. 59) a impressão que se tem é que a política pertence apenas aos parlamentares e não a todos

os cidadãos. Assim, a política é tratada como uma atividade restrita e guiada pelo poder econômico, consequentemente os pleitos (partidos e candidatos) se transformam em produtos e os eleitores em consumidores.

É nesse cenário que surge o marketing político como ferramenta que vai garantir o resultado eleitoral. O MKT Político faz o papel de intermediador entre a comunicação (que é um poder) e os diferentes atores políticos (partidos, Estado e Sociedade. “[...] num sentido mais amplo, de uma sociedade de consumo, na qual um conjunto de novos ingredientes, tais como sondagens de opinião, técnicas de identificação, de visibilidade e publicidade passam a compor o campo político atual.” (SANTOS, 2007, p.60).

Devemos levar em consideração, ainda, que marketing político é o “conjunto de atividades que visa garantir a maior adesão possível a uma idéia ou a uma causa, que pode ou não ser encarnada na figura de uma pessoa, normalmente um político” (LIMA, 2002, p.17).

Tal fato é exemplificado em uma matéria da revista *Veja*, a respeito da disputa presidencial de 2006:

O Brasil encerra sua quinta campanha presidencial consecutiva com duas novidades. A primeira é que nunca houve tanto debate televisivo entre dois candidatos ao Palácio do Planalto: o petista Luiz Inácio Lula da Silva e o tucano Geraldo Alckmin encontraram-se em quatro ocasiões, somando mais de sete horas de confronto direto. A segunda é que, lamentavelmente, apesar da sucessão inédita de debates, nunca uma campanha presidencial passou tão ao largo das grandes questões nacionais, rendendo-se de forma inapelável ao *marketing*. Ainda que a história eleitoral do país mostre ser excesso de otimismo esperar que uma campanha revolva as raízes mais fundas da pátria, a atual disputa poderia ter jogado ao menos um tênue facho de luz sobre o que se espera de um governo – mas não fez nem isso. Lula e Alckmin, cada um a seu modo, limitaram-se a declamar o que suas assessorias diziam ser o que o eleitor de cada um gostaria de ouvir (ESCOSTEGUY, 2006, on-line).

Randazzo (1996, p.238-244) afirma que o candidato é considerado um produto semelhante a qualquer outra mercadoria que possa se valer das técnicas de marketing. Todos têm uma mitologia pessoal, mas os políticos e as demais pessoas em cargos públicos costumam ter mais consciência das suas mitologias pessoais e gastam mais tempo para cultivá-las e alimentá-las. Assim como as mitologias de marca, as mitologias pessoais podem ser tiradas de duas fontes:

- *mitologia pessoal latente*: fatos e folclore acerca dos antecedentes, da herança e história pessoal, e das experiências de vida;
- *mitologia cultural*: mitologias pessoais que refletem os valores e as crenças da história e da cultura do povo (RANDAZZO, 1996, p. 239).

Portanto, para Randazzo, a eleição de um presidente pode ser vista, em nível simbólico, como uma procura mítica, uma busca pelo “grande pai”, um rei (e, quando começarmos a eleger mulheres para o cargo, uma procura pela “grande mãe”, uma rainha). É possível visualizar tal fato, por exemplo, na eleição de Getúlio Vargas ou, ainda, na de Luiz Inácio Lula da Silva. Ambos usaram a bandeira do populismo⁴ como diferencial competitivo, tanto na pré quanto na pós-eleição.

Os arquétipos de “grande pai” e de “herói” foram amplamente divulgados, nos dois casos. No caso de Getúlio Vargas – em 1939 –, que instituiu o salário mínimo, a Consolidação das Leis do Trabalho, também conhecida por CLT, e os direitos trabalhistas – carteira profissional, semana de trabalho de 48 horas e férias remuneradas –, a massa proletariada foi a principal beneficiada e, com isso, o idolatrou e o elegeu como “pai dos pobres”.

Os candidatos compreendem intuitivamente que, se quiserem ser eleitos, devem aparentar/assumir a figura do grande pai e, ao mesmo tempo, devem adotar posições em sintonia com os valores e as sensibilidades do país. Aliás, esse ritual se repete com o Presidente Lula e com seu programa assistencialista denominado Bolsa Família⁵. A

⁴ “Populismo é uma forma de governar em que o governante utiliza de vários recursos para obter apoio popular. O populista utiliza uma linguagem simples e popular, usa e abusa da propaganda pessoal, afirma não ser igual aos outros políticos, toma medidas autoritárias, não respeita os partidos políticos e instituições democráticas, diz que é capaz de resolver todos os problemas e possui um comportamento bem carismático. É muito comum encontrarmos governos populistas em países com grandes diferenças sociais e presença de pobreza e miséria” (POPULISMO, 2009, on-line).

⁵ Segundo o Ministério do Desenvolvimento Social, “o Bolsa Família é um programa de transferência direta de renda com condicionalidades, que beneficia famílias em situação de pobreza e de extrema pobreza. O Programa integra a Fome Zero que tem como objetivo assegurar o direito humano à alimentação adequada, promovendo a segurança alimentar e nutricional e contribuindo para a conquista da cidadania pela população mais vulnerável à fome. [...] O Programa possui três eixos principais: transferência de renda, condicionalidades e programas complementares. A transferência de renda promove o alívio imediato da pobreza. As condicionalidades reforçam o acesso a direitos sociais básicos nas áreas de educação, saúde e assistência social. Já os programas complementares objetivam o

avaliação de Lula ficou acima dos 60%, segundo pesquisa do Ibope (Instituto Brasileiro de Opinião Pública e Estatística)⁶, divulgada em junho de 2009, pela Confederação Nacional da Indústria. De acordo com a pesquisa, 68% da população considera o governo Lula ótimo ou bom.

A aprovação do governo ficou em 80%, contra 16% que desaprova a forma como Lula governa o país. Na pesquisa anterior, realizada em março do mesmo ano, esse percentual foi de 78% e a desaprovação foi de 23%. Os dados confirmam que a população o assimilou no arquétipo de grande pai e, até mesmo, no de herói.

Os criadores de imagem costumam recorrer às experiências de vida dos próprios candidatos. A mitologização dos candidatos presidenciais começa geralmente a partir de fatos tirados da história pessoal do candidato, construindo em cima deles uma mitologia pessoal apropriada e estimulante. A ênfase na coragem e nas façanhas heróicas do candidato é quase sempre uma maneira segura de convencer o populacho de que ele tem tudo para dirigir a nação (RANDAZZO, 1996, p.239-240).

Segundo SOUZA & GALINDO (2010), essa leitura, a partir de Randazzo, nos remete diretamente à recente campanha a Presidência dos EUA, realizada em 2008, que levou Barack Obama à vitória. A campanha é considerada, pelos especialistas da área, como uma revolução no marketing político. Usando desde tradicionais ferramentas – como o corpo a corpo com a população – até redes sociais (internet) e aparatos tecnológicos (celulares).

De acordo com o site *Globo.com*, Obama foi transformado até em herói de desenho animado. Na animação, Obama conserta o sistema de seguro saúde, vence a guerra do Iraque, reconcilia judeus e palestinos e se livra dos terroristas do Talibã, com um golpe de kung fu. Ele também levanta um prédio, viaja pelo espaço sideral e faz outros feitos sobre-humanos. O vídeo foi produzido pela Jib Jab Media, que tem tradição em produzir animações de humor com conteúdo político.

Contudo, a condição de um candidato novo, com um apelo envolvente no sentido de convocar a todos para participar da construção de um novo mundo,

desenvolvimento das famílias, de modo que os beneficiários consigam superar a situação de vulnerabilidade” (BOLSA..., 2009, on-line).

⁶ Dados disponíveis no endereço www.ibope.com.br/.

resgatando o espírito do recriar (cosmogonia), por meio da afirmação coletiva do “Yes we can” – escrito como uma marca, reproduzido como um mantra e confirmado com a adesão de milhares de eleitores – deu a Obama e ao mundo a imagem da fé expressa em um líder carismático e repleto de outros predicados, trabalhados em uma campanha consagrada pela simbologia.

Ainda aplicado ao possível sucessor de Getúlio Vargas, em meados dos anos de 1950, o jovem João Goulart. Que tinha tudo para torna-se um mito e, no entanto hoje é quase esquecido pela maioria dos seus compatriotas.

CAPÍTULO II – A TRAJETÓRIA POLÍTICA DE JOÃO GOULART

1. Contextualização das décadas de 1950 e 1960

João Goulart teve sua trajetória política alavancada nas décadas de 1950 e 1960. Ambas foram extremamente efervescentes tanto no contexto nacional e internacional artístico-cultural, quanto no contexto sócio-político. Podemos observar no quadro abaixo os principais fatos que marcaram essa época.

Quadro 1. Décadas de 1950 e 1960

Contexto Artístico-Cultural Nacional (1950-1959)	
Data	Evento
1950	Exposição de Max Bill no MASP
	Surgimento do Grupo Guanabara, em São Paulo, um desdobramento do Grupo Seibi e do Grupo 15.
	Exposição Fotoformas, de Geraldo de Barros, no MASP e no MEC do Rio de Janeiro.
1951	Criação do Salão Nacional de Arte Moderna, dividido entre arte acadêmica e arte moderna.
	Criação do Salão Paulista de Arte Moderna, espaço oficial para a divulgação da arte moderna em suas diversas tendências.
	Nascimento da Bienal de São Paulo, um dos eventos dentro da programação artística do MAM-SP.
1952	Criação do Museu de Imagens do Inconsciente por Nise da Silveira, no Rio de Janeiro.
	Surgimento do Grupo Ruptura, em São Paulo, voltado para uma obra de caráter geométrico, norteados pelo trabalho de Waldemar

	Cordeiro.
	Surgimento da antologia pré-concreta Noigandres, em São Paulo, com poesias de Haroldo de Campos, Augusto de Campos e Décio Pignatari.
1954	Formação do Grupo Frente, alunos do curso de pintura de Ivan Serpa, no Rio de Janeiro.
	Criação do Parque Ibirapuera, por Oscar Niemeyer, em São Paulo.
1956	Exposição Nacional de Arte Concreta, no MASP e no MEC, Rio de Janeiro, contando também com palestras e conferências
	Publicação de Grande Sertão: Veredas, de João Guimarães Rosa.
	Publicação de Vida e Morte Severina, de João Cabral de Melo Neto.
1958	Criação do Prêmio Leirner de Arte Contemporânea, em São Paulo, incentivando a arte da tendência abstrata informal
1959	Publicação de Formação da Literatura Brasileira, de Antonio Candido
	Publicação do Manifesto Neoconcreto no Jornal do Brasil, Rio de Janeiro e realização da I Exposição de Arte Neoconcreta, no MAM-RJ. O grupo rejeita o primado da razão sobre a sensibilidade
Contexto Sócio-Político Nacional (1950-1960)	
1950	Eleição de Getúlio Vargas para a Presidência da República
1951	Vargas assume a presidência.
1953	Criação da Petrobrás
1954	Suicídio de Vargas e sua substituição por Café Filho.
1955	Juscelino Kubitschek de Oliveira eleito Presidente da República
1956	Posse de Juscelino Kubitschek que implanta o Plano de Metas, o GEIA - Grupo de Estudos da Indústria Automobilística e o GEICON -

	Grupo de Estudos da Construção Naval e mudança da capital para Brasília.
1959	Criação da Sudene
1960	Inauguração de Brasília e eleição de Janio Quadros
Contexto Artístico Cultural Internacional (1950-1959)	
1950	Ionesco escreve a peça A Cantora careca
	Le Corbusier projeta Chandigarh, nova capital do Punjab
	Oscar Niemeyer projeta Brasília e Lucio Costa, o plano piloto*
1951	Museu de Arte Moderna de Nova Iorque apresenta a exposição Pintura abstrata e Escultura na América.
	Motherwell faz a antologia Dadá.
	Salvador Dalí pinta Crucificação, o martírio de Cristo sob um ponto de vista inusitado.
1952	Antoni Tàpies publica Outra Arte
	Harold Rosenberg introduz o termo Action Painting.
	Tanguy cria a Metamachine, máquina de pintar que produz obras abstratas
1953	Conquista do Monte Everest
	Estudo acerca do Retrato de Papa Inocêncio X , por Francis Bacon reinterpretando a obra de Velázquez
	Beckett escreve esperando Godot
1954	Arnheim escreve Arte e Percepção Visual: uma Psicologia do Olhar Criativo
1955	Vasarely escreve O Manifesto Amarelo

1956	Canção popular americana se expande. Elvis Presley faz sucesso mundialmente.
	Clouzot faz o filme O Mistério de Picasso
	Hamilton faz O que é que faz as casa de hoje tão diferentes? Tão sedutoras? , uma das primeiras obras Arte Pop
1958	Exposição Nova Pintura Americana, no MoMA, Nova Iorque
	Formação do Grupo Zero, em Düsseldorf.
	Jean Tanguely cria a Metamachine, máquina de pintar que produz obras abstratas.
1959	Fundado em Paris o grupo de Pesquisa em Arte Visual
	Fundação do grupo T em Milão
	César faz a escultura O Buick Amarelo , um carro comprimido, a primeira compressão dirigida do artista
Contexto Sócio-político Internacional (1950-1959)	
1950	Início da política mccarthista nos EUA
	China invade o Tibete.
	Coréia do Norte invade a Coréia do Sul.: início da Guerra da Coréia.
1951	URSS testa sua bomba atômica
	Eisenhower eleito presidente dos EUA.
1952	Inglaterra testa sua bomba atômica
1953	Alemanha integra a OTAN
1954	Início da guerra Franco-Algeriana
1955	Conferência de Genebra, Suíça

1956	Desestabilização política de Stalin na URSS
	Proclamação da República do Paquistão
	Egito nacionaliza o canal de Suez
1957	Lançamento do primeiro satélite.
1958	Criação da Comunidade Econômica Européia
	Charles de Gaulle torna-se presidente na França
	Kruschev torna-se presidente dos URSS
1959	Fidel Castro assume o poder: revolução socialista em Cuba
	O Alasca torna-se o 49º estado norte-americano

Contexto Artístico-Cultural Nacional (1960-1969)	
Data	Evento
1960	Exposição neoconcreta no Rio de Janeiro
	Lygia Clark inaugura a exposição Bichos , na galeria Bonino.
1961	Exposição Neoconcreta organizada pela Fundação Bienal no MAM-SP.
1962	Afonso Eduardo Reidy e Burle Marx projetam o aterro do Flamengo, concluído em 1965.
1963	Criação do Museu de Arte Contemporânea da USP.
	Tom Jobim e Vinícius de Moraes compõem Garota de Ipanema..
1964	Djanira faz o painel do túnel entre Catumbi e Laranjeiras, no Rio de Janeiro, com tema em homenagem aos operários mortos na

	construção do túnel
1965	Exposição de relevos em madeira de Sérgio Camargo, no MAM-RJ.
	Exposição Opinião 65 apresenta 29 artistas brasileiros e estrangeiros da Nova Figuração, no MAM-RJ.
	Hélio Oiticica apresenta o Parangolé com a participação de passistas e bateristas da Mangueira.
	Elis Regina faz sucesso com Arrastão, música de Edu Lôbo e Vinícios de Moraes.
1966	Censuradas obras na exposição Proposta 66, na FAAP, São Paulo, e retirada de alguns artistas da exposição em solidariedade aos censurados.
	Fundação do Grupo Rex e Galeria Rex, por Wesley Duke Lee, Nelson Leirner, Geraldo de Barros, José Resende, Frederico Nasser e Carlos Fajardo junto à Loja Hobjeto, em São Paulo.
	A TV Record em São Paulo, lança o programa Jovem Guarda
1967	Galeria Rex encerra suas atividades
	MAC USP promove Primeira JAC (exposição Jovem Arte Contemporânea).
	Exposição Nova Objetividade Brasileira, no MAM-RJ.
	Grande retrospectiva de Lasar Segall.
1968	Exposição Bandeiras, na Praça General Osório, em Ipanema
	Lançamento do primeiro disco tropicalista de Caetano Veloso
	Classe artística protesta contra a censura
1969	MAC USP expõe Tarsila do Amaral: 50 anos de pintura, com textos de Aracy Amaral, Haroldo de Campos e Mário da Silva Brito

Contexto Sócio-Político Nacional (1960-1969)	
1960	1960 - inauguração de Brasília..
	Jânio Quadros eleito presidente da República
1961	Che Guevara condecorado por Jânio Quadros.
	Renúncia de Jânio Quadros leva João Goulart à presidência
1962	Aprovação do plano Trienal, elaborado pelo ministro do planejamento Celso Furtado.
1963	Paulo Freire desenvolve o método de alfabetização em massa.
1964	Militares tomam o poder no Brasil; Castelo Branco assume a presidência.
1965	Manifestações de intelectuais e estudantes contra o regime militar.
1966	Grupos de esquerda organizam-se para resistir ao governo
1967	Regime militar outorga nova constituição ao Brasil.
1968	Manifestações sindicais e estudantis eclodem por todo o país
	Costa e Silva assina o AI-5 restringindo as liberdades civis
1969	Sequestro do embaixador dos EUA no Rio de Janeiro..
	Emílio Garrastazú Médici assume a presidência do Brasil.
	Vários artistas deixam o país, entre eles Geraldo Vandré, Chico Buarque, Gilberto Gil e Caetano Veloso
Contexto Artístico Cultural Internacional (1960-1969)	
1960	Alfred Hitchcock filma Psicose.
	Max Bill organiza em Zurique uma exposição internacional de arte concreta
	Henry Moore faz a Segunda Peça da Figura Reclinada n.2 , imagem

	em rocha, em duas partes, precursora dos grupos em bronze
	Lucio Fontana faz Conceito Espacial
1961	Exposição The Art of Assemblage , no MOMA/NY lança a arte Pop americana.
	Formação do grupo Fluxos.
	Morte de Carl Gustav Jung, psiquiatra e psicanalista suíço
1962	Andy Warhol faz Marilyn Monroe em silkscreen.
	Exposição Internacional Fluxos, na Alemanha Ocidental.
1963	César expõe sua escultura Polegar
	Jakis apresenta Télélumière
	Claes Oldenburg faz Hamburger com Picles e Tomate.
1964	Construção do Lincoln Center Theatre, em Nova York, projeto de Philip Johnson e Richard Foster.
	Primeira retrospectiva da obra de Warhol, na Filadélfia.
	Surgimento do termo minimalista
1965	Exposição Nova Geração, em Londres
	Primeira exposição do grupo Sigma, em Milão
1966	Construção do Whitney Museum of Art, em Nova York, projeto de Breuer.
	Yamasaki começa o projeto do World Trade Center, em Nova York
1967	Sol Lewitt escreve Parágrafos em Arte Conceitual
1968	Roger Vadim filma Barbarella
	Fellini filma Satiricon

1969	Christo embrulha Little Bay, na costa australiana
Contexto Sócio-político Internacional (1960-1969)	
1960	John Kennedy eleito presidente dos EUA
	URSS dispõe de submarinos atômicos armados com mísseis.
	Independência do Congo
1961	Rompimento de relações entre EUA e Cuba
	O soviético Yuri Gárgin é o primeiro homem no espaço
	Levantado o muro de Berlim.
1962	Independência da Argélia.
1963	Assassinato do presidente Kennedy em Dallas, Texas.
	Abolida a escravidão na Arábia Saudita.
1964	Eua entram formalmente em guerra com o Vietnã.
	Martin Luther King recebe prêmio Nobel da Paz.
	Criação da Organização de Liberação da Palestina (OLP).
1965	Independência da Rodésia.
	Reeleição de De Gaulle, na França
	Assassinato do líder negro Malcolm X, nos EUA.
1966	Indira Gádnhi assume o posto de Primeira Ministra, na Índia.
	Início da "Revolução Cultural" na China.
	Golpe militar na Argentina.
1967	Rompimento de relações entre China e URSS
	Início da guerra de Biafra.

	Guerra dos Sete Dias: Israel invade a península do Sinai e passa a controlar o canal de Suez, o setor Oriental de Jerusalém, a Cisjordânia e as colinas de Golã, na Síria
1968	Assassinato de Martin Luther King em Memphis, Tennessee.
	Movimentos estudantis agitam Paris.
	Assassinato de Robert Kennedy, nos EUA.
	Tropas soviéticas invadem a Tchecoslováquia.
	Golpe militar no Peru.
1969	Golda Meir torna-se Primeira Ministra de Israel.
	Georges Pompidou eleito Presidente da França.
	Os astronautas Armstrong e Aldrin pisam na lua pela primeira vez
	Distúrbios abalam a Irlanda do Norte

Fonte: Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Disponível em <http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_colecao/exposicao_colecao_contexto1950-59.asp>

Estes fatores vão influenciar diretamente e indiretamente toda a carreira de João Goulart, como veremos a seguir.

2 Filho dos pampas rico

A biografia de João Belchior Marques Goulart se confunde com alguns dos momentos mais importantes da história política do Brasil. Jango, como ficou conhecido, articulista nato nasceu em 1º de março de 1919, em São Borja, Rio Grande do Sul (fronteira do Brasil com a Argentina), coincidentemente na mesma cidade que nasceu seu inspirador político Getúlio Vargas.

Na época áurea da cafeicultura no Brasil, João Goulart vinha de família de fazendeiros dedicados à pecuária e a atividades comerciais e industriais (Vicente Rodrigues Goulart e de Vicentina Marques Goulart). Era o mais velho dos homens, entre sete irmãos (dois homens e cinco mulheres).

Os contatos com a família Vargas, também estancieira, vinham de longe. No plano político, embora o pai de Jango não tivesse exercido cargos públicos, era um partidário de Borges de Medeiros, chefe do Partido Republicano Riograndense e quem introduziu Getúlio Vargas na política. Como tal, participou da Revolução Federalista de 1923 e da Revolução de 1930 que levou Vargas ao poder. Seus negócios também envolviam uma sociedade comercial com Protásio Dornelles Vargas, irmão de Getúlio (GOMES, 2000?, p. 02).

Ainda de acordo com Gomes (2000?, p. 03) Jango deve sua idade alterada por razões escolares, a exemplo de vários outros políticos gaúchos, como Vargas e Ernesto Geisel. Com intuito de ingressar, em 1935, na Faculdade de Ciências Jurídicas e Sociais de Porto Alegre, aumentou a idade em um ano, então o ano oficial de seu nascimento passou a ser 1918.

João Goulart não foi um aluno brilhante nem se dedicou a atividades políticas no seu tempo de universitário - 1935 a 1939 - quando Getúlio era presidente. Auxiliar do pai em seus negócios, manteve-se afastado do debate político marcado pela radicalização ideológica opondo a Ação Integralista Brasileira (AIB), de direita, à Aliança Nacional Libertadora (ANL), de esquerda. Com isso, desenvolve reconhecidas habilidades como pecuarista e fazendeiro, ao mesmo tempo em que constrói uma sólida amizade com o filho de Getúlio Vargas, Manuel Antônio, o Maneco. Depois de formado, assumiu a direção dos negócios do pai que se encontrava doente – era o filho homem mais velho de uma família de oito irmãos. Com a morte do pai, em 1943, ficou responsável pela administração de uma propriedade de 14 mil hectares e 30 mil cabeças de gado. Ganha notoriedade como fazendeiro e pecuarista e torna-se conhecido pela maneira simples e amigável com que lidava com os mais pobres (GOMES, 2000?, p.04).

No final da Segunda Guerra Mundial, em 1945, Getúlio Vargas foi deposto da presidência da República e retornou a São Borja, onde passa a viver na estância de Itu. Nessa época Jango estreita os contatos com a família Vargas. Ele acompanhou as

gestões que levaram o ex-ditador a apoiar a candidatura de Eurico Gaspar Dutra à presidência da República e as iniciativas para expandir o recém-criado Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) no Rio Grande do Sul. Acabou sendo, em novembro de 1945, o portador oficial da mensagem de Getúlio que selava o apoio a Dutra e que se transformou no slogan "Ele disse, vote em Dutra" (BANDEIRA, 1978, p. 26-28).

Daí para frente sua carreira política deslança e por recomendação de Getúlio Vargas, passou a integrar o diretório municipal do PTB de Porto Alegre e associou-se ao amigo Manuel Vargas na compra de um jornal que passaria a fazer a propaganda do partido. Bandeira (1978, p. 25) relata que dois anos mais tarde, em janeiro de 1947, sempre pela mão de Getúlio, foi eleito deputado estadual, ao mesmo tempo em que participava ativamente da construção do PTB no interior do estado e se tornava presidente do diretório municipal de São Borja. Sua estância, a São Vicente, foi aos poucos se transformando no principal reduto de discussão em torno da articulação da candidatura Vargas à presidência da República nas eleições de outubro de 1950. Nesse momento, conhece importantes lideranças políticas do país e garante sua eleição para presidente do PTB gaúcho para o biênio de 1950-1952.

Oficialmente foi ele quem lançou, em abril de 1950, o nome de Vargas à sucessão presidencial e foi de sua fazenda que Getúlio comunicou ao país aceitar a candidatura. Aqui selava-se definitivamente a associação de sua imagem à de Getúlio. Isso o projetava nacionalmente e lhe criava inimigos de peso entre os antigetulistas. Ainda em 1950, em março, sua irmã, Neuza Goulart, casa-se com um jovem político gaúcho, Leonel Brizola, que viria a ser um dos mais importantes líderes do PTB e do trabalhismo. Brizola projetou-se nacionalmente como governador do Rio Grande do Sul, deputado federal, mas principalmente por suas posições nacionalistas e pelas críticas contundentes a alguns setores militares (GOMES, 2007, p.05).

O antigo PTB e o trabalhismo ficaram marcados com a “trindade”: Getúlio, Jango e Brizola. Os três tiveram suas vidas políticas interrompidas ou abaladas em função dessa notoriedade como líderes populares e populistas e, especialmente, por suas posições, às vezes radicais, em defesa do nacionalismo econômico e da participação política dos sindicatos no governo. Assim como o fenômeno recente do presidente Lula,

os três foram grandes mobilizadores de massa, empolgaram multidões, atemorizaram interesses econômicos e políticos. João Goulart, embora não enaltecido como estadista pela história brasileira, ficou marcado como um dos mais importantes líderes populares, às vezes com sentido pejorativo, e principalmente como uma imagem espelhada do próprio Getúlio.

3 Articulador do “pai dos pobres”

Segundo Gomes (2000?, p.06) em 1950 Jango ocupa com a função de um dos coordenadores da campanha presidencial de Getúlio e o acompanhou em viagens pelo país. Ao mesmo tempo, transformava-se em um dos principais articuladores nacionais do PTB, partido que se caracterizava por uma grande instabilidade em sua direção nacional e por freqüentes cisões internas.

O PTB, com o qual a trajetória de Goulart se conformou, nasceu numa das vertentes do bonapartismo de Vargas (na outra o PSD se originou), quando o Estado Novo agonizava e alicerçou sua organização nos trabalhadores. De acordo com Bandeira (1978, p.28) o partido nascera em 1945, dentro do Ministério do Trabalho, e se propunha a dar forma partidária à rede sindical corporativa criada pelo Estado Novo. Inicialmente teve um diretório nacional composto de sindicalistas, mas rapidamente sua composição foi mudando no sentido de dar lugar a getulistas não vinculados ao mundo operário ou à burocracia sindical. Como partido de Getúlio, era alvo constante de disputas entre sindicalistas, empresários e getulistas em geral, pois se antevia que o carisma do ex-presidente era garantia de dividendos eleitorais. As disputas envolviam principalmente o controle da direção nacional e das sessões regionais do Distrito Federal e de São Paulo, unidades da federação em que se previa maiores possibilidades de crescimento para o petebismo.

Nesse mesmo ano de 1950, Jango elege-se deputado federal pelo Rio Grande do Sul, toma posse em janeiro de 1951, mas licencia-se em fevereiro para ocupar o cargo de secretário do Interior e Justiça do governo gaúcho, chefiado por Ernesto Dornelles, primo do Vargas. Nesta função, continua atuando no sentido de ampliar as bases nacionais e regionais do PTB e a intensificar seus contatos com os sindicatos.

Reeleito em março de 1952 para a presidência da comissão executiva estadual do PTB, dois meses depois é eleito presidente nacional do partido. Por conta disso, muda-se para o Rio de Janeiro em meados de 1952 onde reassume o mandato de deputado federal e passa a atuar, a pedido de Vargas, como gestor das crises internas do partido visando a restabelecer a unidade interna na cúpula petebista.

Desde sua criação em 1945, até meados de 1952, o PTB tivera quatro presidentes nacionais, rotatividade que expressava as disputas internas. Além disso, algumas sessões regionais, especialmente a de SP, eram motivo de constantes críticas e reprimendas da direção nacional. Como deputado e presidente do PTB, Jango passa também a ser um dos responsáveis pelas nomeações de sindicalistas e getulistas para a direção dos institutos de previdência social, uma das instituições mais importantes na política e no empreguismo do governo. A aproximação com os trabalhadores intensifica-se e torna-se o interlocutor principal do governo junto aos sindicatos. Em inícios de 1953, quando vai para o Ministério do Trabalho, sua imagem já estava consagrada como nacionalista, homem de Vargas, do PTB e dos sindicatos (GOMES, 2000?, p. 08).

Jango atuou como o agente que fez a relação, tão estável e eficiente quanto polêmica, entre o PTB, os trabalhadores representados nos sindicatos e o governo - o de Vargas, o de JK e o seu. Foi também pela via sindical que se aproximou dos comunistas. Tudo isso funcionou como a argamassa que deu o sucesso eleitoral ao PTB e, ao mesmo tempo, produziu as suspeitas de não ser um partido confiável pelas elites nem pelo capital internacional.

Segundo Bandeira (1977, p.33-42) foi reeleito deputado federal, em 1954, mas de novo passa pouco tempo na Câmara. Em outubro de 1955 elegeu-se vice-presidente da República na chapa do PSD/PTB encabeçada por Juscelino Kubitschek.

Ao contrário de sua atuação parlamentar – que foi curta, esporádica e inexpressiva –, a liderança sobre o partido foi duradoura e eficaz. Não apenas porque sabia compor alianças e negociar interesses, mas porque fora identificado como o principal chefe do getulismo trabalhista. Como homem da confiança de Getúlio, permanece na direção nacional do partido até ser deposto em 1964 e funciona de fato como sua principal chefia até a extinção da legenda em outubro de 1965.

4 Herança Populista

Goulart era um homem simples, informal e discreto, sem afetação. A timidez, que aparentava, desaparecia ao contato com a multidão, quando ele excedia a si mesmo, nos comícios, e improvisava no discurso, abandonando o texto previamente elaborado (BANDEIRA, 1978, p.28).



Figura 1 - João Goulart no velório do presidente Getúlio Vargas. Rio de Janeiro (DF), 24 de agosto de 1954. (CPDOC/AnC foto 038_13) FGV

De acordo com Gomes (2000?, p.8) a posse de João Goulart no Ministério do Trabalho do governo Getúlio Vargas, em 17 de junho de 1953, não deve ser entendida como um acontecimento político-administrativo como tantos outros do gênero, ocorridos anteriormente ou posteriormente. Há, pelo menos, duas razões para isso. A primeira tem a ver com a escolha do nome do ministro, ou seja, com sua trajetória política e com o que ela representava. A segunda envolve as circunstâncias em que ele chega ao cargo, ou seja, no bojo de uma reforma ministerial que provocou polêmica entre os contemporâneos e que ainda hoje suscita debates na literatura que trata do tema.

Jango, como era conhecido e gostava de ser tratado, torna-se ministro aos 35 anos; jovem em idade, mas nem tanto em experiência política. Sua carreira foi meteórica. Entre 1947 e início de 1952, foi deputado estadual, deputado federal, secretário de Interior e Justiça e principal organizador do Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) gaúcho. Além disso, e o que o qualifica para uma posição tão alta em momento tão delicado são suas estreitas ligações pessoais com Vargas e sua já inequívoca liderança dentro do PTB. Presidente do partido desde 1952, Jango já era identificado em 1953, para o bem e para o mal, como um líder partidário de grande carisma junto à classe trabalhadora, além de receber uma especial atenção do presidente (B, 1977, 29).

João Goulart toma posse em meio a uma crise que atingia especialmente o Ministério do Trabalho. Essa reforma tem sido interpretada por uns como uma "virada à esquerda" do governo Vargas e, por outros, como uma maturação das intenções conciliadoras do mesmo governo, que insistia na busca de um consenso político. Esta última perspectiva tem ganho espaço crescente entre os estudiosos, o que implica em se pensar por que, sobretudo para os contemporâneos (militares e civis de vários partidos), interessava ou era possível ver a reforma como uma possível "radicalização popular" do governo. A resposta está, em boa parte, nas ações do titular da pasta do Trabalho (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.02).

Jango é nomeado ministro quando José de Segadas Viana, outro petebista, pede exoneração do cargo, devido a discordâncias relativas ao tipo de condução política a ser dada a uma grande greve de marítimos que paralisava os portos do Rio de Janeiro, Santos e Belém. Portanto, a substituição não só deixa clara a existência de confrontos dentro do PTB no que dizia respeito às relações com o movimento sindical, como explicita o apoio que Vargas estava disposto a dar a uma nova estratégia proposta por

seu jovem ministro. Em lugar de convocar os reservistas da Marinha de Guerra para substituir os grevistas, que seriam considerados desertores se fosse usada uma legislação, nunca aplicada, da época da Segunda Guerra Mundial, Jango estabelece negociações com os sindicalistas e esvazia a greve. Sua fórmula, que propunha menos repressão, vinha a calhar, pois o governo não estava em maré de popularidade junto aos trabalhadores. Um governo, aliás, que ainda na campanha de 1950 agitara como bandeira os ideais trabalhistas, marca registrada de Vargas desde o Estado Novo. Um fracasso nesse campo estratégico pelo que simbolizava e pelo número de votos que envolvia era, efetivamente, um sinal de derrota para a liderança pessoal de Vargas e para o bom curso do restante de seu mandato. A escolha de Jango, portanto, foi um ato ousado do presidente, mas o teste que o ministro enfrentaria tinha alto grau de complexidade e importância políticas (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.03-04).

Historiadores acreditam que Jango se saiu muito bem. Cerca de dez dias depois de tomar posse, a greve estava encerrada. Houve reuniões com o comando geral e o próprio ministro se encontrou com empregadores e trabalhadores para encaminhar uma solução definitiva. Muitas demandas dos grevistas foram atendidas e o impopular presidente da Federação dos Marítimos foi afastado. Uma ação rápida, que evidenciou o estilo político de um ministro que gostava de falar pessoalmente com lideranças sindicais e que intervinha diretamente na dinâmica das negociações dos conflitos trabalhistas. Interessante por um lado e assustador por outro, especialmente para setores conservadores e oposicionistas, como os militares e os udenistas, sempre dispostos a mobilizar o medo face à ameaça do "continuismo" de Vargas e/ou de uma excessiva aproximação sua com a "massa trabalhadora". De fato, esse é o tom que marca a curta e ativa gestão de Jango na pasta do Trabalho: maior aproximação com setores sindicais e crescentes acusações por parte de variados grupos políticos oposicionistas (BANDEIRA, 1977, p. 30).

5 O aumento do salário mínimo e a saída de Jango do Ministério do Trabalho

A política de aproximação com o movimento sindical realizada por João Goulart não passava despercebida a seus opositores que, por isso, atacavam o ministro e o presidente Vargas. Quando, em outubro de 1953, ocorreu a ameaça de uma segunda

greve de marítimos, Jango foi rápido na contenção do movimento que arriscava comprometer a estabilidade do governo. Sua prática de negociar e se antecipar às demandas dos trabalhadores, forçando, muitas vezes, os empregadores a fazer concessões, foi freqüentemente vista e denunciada não como uma forma de esvaziar conflitos, mas como uma maneira de estimulá-los e mesmo de "pregar a luta de classes". Nessa ótica, e de forma equivocada, Jango não era o ministro do Trabalho, mas o ministro dos trabalhadores; pior ainda, dos "maus trabalhadores" (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.03).

A gota d'água nesse tenso processo pode ser datada do início de 1954, quando Jango propôs um projeto de aumento do salário mínimo de 100%. Segundo ele, devido à elevação do custo de vida, a questão salarial continuava explosiva e, para enfrentá-la, era necessário elevar o salário mínimo de 1.200 para 2.400 cruzeiros. Não é difícil imaginar a reação provocada por esse projeto. Ao que tudo indica, Jango o encaminhou mesmo sabendo que isso poderia lhe custar o próprio cargo. Se realmente pensou assim, estava certo. Em fevereiro, em meio a uma grave crise política, era substituído por um fiel companheiro, Hugo de Faria, que assume como ministro interino (GOMES, 2000?, p.09).

Segundo Skidmore (1982, p.203-206) os pontos da crise são úteis para se dimensionar o montante da articulação oposicionista, e que se concluiria com o episódio do suicídio de Vargas, em agosto do mesmo ano. O ministro da Fazenda, Oswaldo Aranha manifestou sua total contrariedade à proposta, secundado pelos membros da "banda de música" da União Democrática Nacional (UDN) – parlamentares que faziam muito barulho no Parlamento, sempre atacando Vargas. As acusações não eram novas, mas ganhavam virulência ante o desmedido da proposta em causa. Jango era um "manipulador da classe operária", "um estimulador de greves", "um amigo dos comunistas", que tinha como plano a implantação, naturalmente com o assentimento de Vargas, de uma "república sindicalista" no Brasil. Alimentando tais ataques havia um outro. O de que Vargas mantinha conversações secretas com Juan Perón, presidente da Argentina, no sentido da formação do chamado Pacto ABC – Argentina, Brasil, Chile – com evidentes contornos anti-americanos e tendências "socializantes". Uma mistura explosiva de má condução da política interna e externa, capaz de justificar até mesmo um pedido de impedimento do presidente.

Segundo Gomes (2000?) ainda houve mais. O chamado Manifesto dos Coronéis, com a assinatura de 82 oficiais, explicitou o descontentamento dos militares com o tratamento que vinham recebendo do governo e afirmou a impossibilidade de um trabalhador ganhar o mesmo "salário" de um segundo-tenente do Exército. Se o aumento do salário mínimo podia quebrar o país, certamente iria esvaziar o Exército de recrutas e de dignidade. Certamente não por casualidade, o Manifesto dos Coronéis é divulgado quase no mesmo dia em que é oficializada a proposta de aumento do salário mínimo. Num dia 22 de fevereiro, dois ministros acabaram sendo exonerados: Jango, e o da Guerra, o general Espírito Santo Cardoso, substituído pelo general Zenóbio da Costa. A despeito disso, no dia 1º de maio de 1954, Vargas anunciou o novo salário mínimo.

6 A herança de Vargas: a crise de 1954 e a carta testamentária

A estratégia de Getúlio Vargas de reformar o ministério visando a uma maior sustentação de seu governo consistia na ida de João Goulart para o Ministério do Trabalho, em meados de 1953. Na verdade, Goulart não foi capaz de conter o ímpeto da oposição que denunciava, entre outras coisas, o favoritismo do governo nos empréstimos ao jornal Última Hora, único periódico da grande imprensa a apoiar Vargas. Em fevereiro de 1954, vem a público o Manifesto dos coronéis, documento que criticava a política econômica e trabalhista do governo e pedia mais recursos para as Forças Armadas. Em seguida, o ex-ministro João Neves da Fontoura traz a público correspondência secreta entre Vargas e o presidente da Argentina, Juan Domingo Perón. Nela se cogitava a formação de uma república sindicalista no Brasil e também a de um pacto dos dois países, em conjunto com o Chile, o pacto do ABC, que teria como objetivo formar um bloco continental de oposição aos Estados Unidos (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.09).

Em maio, com Jango já fora do Ministério do Trabalho, Getúlio concede um aumento de 100% no salário mínimo, iniciativa entendida como um gesto extremado para procurar apoio entre os trabalhadores em função da oposição sistemática que recebia do Parlamento, da imprensa e dos militares. O maior porta-voz da oposição era

Carlos Lacerda, da União Democrática Nacional (UDN) do Distrito Federal, um brilhante orador de vocação golpista. O clima político era regido também pelas discussões em torno da sucessão presidencial, cujas eleições se dariam em outubro de 1955. De um lado, os seguidores de Getúlio, acuados pelo rolo compressor da oposição; de outro, os antigetulistas, ambos com aliados nos quartéis.

No plano militar, o debate se radicalizava ideologicamente dentro do Clube Militar, instituição também recortada pela clivagem getulismo e antigetulismo. No Congresso, em junho de 1954, é votado o impeachment de Vargas, que, embora rejeitado por ampla margem, dá o termômetro do clima político da época. A escalada contra o governo tem novo patamar em agosto de 1954 quando Carlos Lacerda é vítima de um atentado na rua Tonelero, em que morre um dos seus guardacostas, o major da Aeronáutica Rubens Florentino Vaz. A Aeronáutica toma a dianteira nas investigações policiais e rapidamente descobre que as ordens do atentado tinham partido do chefe da guarda pessoal de Vargas, Gregório Fortunato [...]A partir de então, um bombardeio de críticas toma conta da imprensa que denuncia o "mar de lama" em que se convertera o governo. Os quartéis entram em prontidão e, em sucessivos manifestos, brigadeiros, almirantes e generais pedem a renúncia ou a deposição de Vargas. Frente a essa pressão, Getúlio convoca uma reunião ministerial na noite do dia 23 de agosto, assistida por sua filha Alzira, João Goulart, e vários assessores e amigos do presidente. Ao final, Vargas decide licenciar-se do governo por 90 dias (GOMES, 2000?, p.08).

Na madrugada do dia 24, quando a reunião terminara, Getúlio foi informado que seu irmão, Benjamim Vargas estava sendo convocado a depor na "República do Galeão", nome dado à operação da Aeronáutica que se investira de funções policiais para apurar o atentado da Rua Tonelero contra Lacerda. Mais tarde, foi-lhe comunicado que os militares consideraram definitivo o seu afastamento do poder. A licença fora convertida em veto militar. O Palácio do Catete já estava protegido com trincheiras de sacos de areia. A possibilidade de uma guerra civil era considerada uma ameaça real. Por volta das 8:30h Getúlio Vargas se suicida.

Segundo Bandeira (1978) o impacto do suicídio de Vargas foi surpreendente. Primeiro pela ousadia do gesto, segundo, pela emoção e pelo ambiente de tragédia que tomou conta do país, terceiro, pelo desnorteamento que produziu em seus adversários.

Foi um ato político, talvez o maior concebido por Getúlio, que sabia poder contar com a simpatia do povo. Como testemunho de seu gesto Getúlio deixou uma carta testamento com três cópias. Uma, na mesa de cabeceira da cama onde morreu, outra dentro do seu cofre e uma terceira entregue a Goulart, ainda durante a reunião ministerial. Getúlio pediu a Jango que guardasse o documento sem lê-lo e se retirasse para o Rio Grande do Sul, pois no Rio, ele, Getúlio e o próprio governo eram muito vulneráveis.

A Carta Testamento é um documento nacionalista emocionado. Nela Getúlio denuncia os interesses econômicos que o teriam impedido de fazer um governo mais eficaz em prol dos pobres e denuncia as conspirações e humilhações de que vinha sendo vítima. O suicídio era uma maneira de continuar presente, especialmente na oposição: "Deixo à sanha de meus inimigos o legado de minha própria morte." Na carta há uma imagem conspiratória da história, a noção de que interesses subalternos, escusos, conspiravam contra seu projeto de redenção dos brasileiros. Este tom passional e dramático transforma a carta em ícone, em símbolo do que seus seguidores poderiam conceber como o melhor projeto para o Brasil: o nacionalismo e o trabalhismo getulista.

O fato de Getúlio ter entregue pessoalmente a Jango um documento deste teor era uma maneira de expressar publicamente a descendência de sua linhagem política. Jango era o fiel depositário da carta-síntese de sua vida e obra. Aqui simbolicamente fica como o responsável pela continuidade da obra iniciada por Vargas. É o sucessor ungido pelo carisma, é o herdeiro de uma idéia, de um estilo de política, a continuação de Vargas no poder, o ponto de referência para o PTB e para os trabalhistas (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.10).

7 O vice que ganhou mais votos que o presidente

Como a eleição em 1955 não era vinculada – votava-se para presidente e para vice separadamente – era possível que candidatos a vice obtivessem mais votos do que os candidatos a presidente ou que se elegeisse o presidente de uma chapa e o vice-presidente de outra chapa, como demonstra Skidmore referindo-se às eleições de 1955:

Kubitschek (PSD) obteve 36% dos votos. O pacto eleitoral com o PTB deu a Kubitschek uma ajuda mínima em São Paulo e no Rio de Janeiro. Por outro lado, no resto do país, o PSD produziu os votos que deram a Kubitschek a maioria nacional. João Goulart atingiu a vice-presidência com uma votação maior que do que Kubitschek. Seu total foi de 3.591.409 contra 3.077.411 de Kubitschek (SKIDMORE, 1982, p.188):

A campanha que elegeu Juscelino Kubitschek presidente e Goulart vice-presidente foi marcada por acirradas disputas entre getulistas e antigetulistas. O suicídio de Getúlio Vargas, em 24 de agosto de 1954, deixara um vácuo de poder e uma herança política disputada tanto por seus seguidores quanto por seus adversários, fosse para preservá-la, fosse para exterminá-la. Foram muitas as articulações em torno dos possíveis candidatos, chegando-se mesmo a se tentar lançar uma candidatura de "união nacional", com base numa composição entre os dois maiores partidos, o Partido Social Democrático (PSD) e a União Democrática Nacional (UDN), em torno de um candidato único, capaz de unir a direita e o centro e, assim, evitar o sucesso de uma candidatura "getulista" (BIBLIOGRAFIA, 2000).

A aliança PSD-PTB assustava os detratores de Vargas. Eles não estavam dispostos a permitir que o varguismo ganhasse novo fôlego com o provável sucesso desta coligação, apoiada, inclusive, pelo Partido Comunista Brasileiro. Para os udenistas, que tinham no jornalista Carlos Lacerda seu mais importante porta-voz, tratava-se de impedir a todo custo a vitória de JK e Jango. Várias foram as tentativas de inviabilizar o pleito. Uma delas consistiu na divulgação de uma carta falsa, datada de agosto de 1953 e endereçada ao então ministro do Trabalho, João Goulart, referindo-se a supostos contatos feitos por ele com o presidente argentino Juan Perón, com vistas a implantar uma república sindicalista no Brasil. Ainda como parte da estratégia para derrubar a aliança PSD-PTB, a UDN apresentou uma emenda, que não foi aprovada, transferindo a eleição para a Câmara dos Deputados, caso nenhum candidato alcançasse a maioria absoluta dos votos, ou seja, um mínimo de 50% +1 votos (GOMES, 2000?, p.12).

Esses exemplos dão bem o tom desse tumultuado processo eleitoral. Contudo, a despeito das dificuldades, as eleições se realizaram na data prevista, 3 de outubro de 1955, a ela concorrendo quatro candidatos à presidência: Juscelino Kubitschek, pela

coligação PSD-PTB; Juarez Távora, pela UDN e outros partidos menores; Ademar de Barros, pelo Partido Social Progressista (PSP) e Plínio Salgado, pelo Partido da Representação Popular (PRP). Pode-se dizer que o pleito presidencial de 1955 foi o mais disputado até então. Juscelino elegeu-se presidente com apenas 33,82% dos votos válidos. Com esse percentual de votos, se a tese da maioria absoluta defendida pela UDN tivesse sido aprovada, a eleição teria sido decidida pela Câmara dos Deputados.

8 O vice de JK

Considerando a duração da trajetória de muitos dos políticos brasileiros, pode-se dizer que a de João Goulart não foi muito longa. Isso, porém, não o impediu de desempenhar importantes papéis no palco da política, como o de vice-presidente, cargo que ocupou duas vezes, num tempo em que ser vice não era simplesmente acompanhar o candidato a presidente, numa chapa em que o eleitor vota em bloco, como se faz hoje em dia.

Durante a experiência republicana de 1945 a 1965, as eleições para presidente e vice-presidente eram independentes, podendo ser eleitos candidatos de chapas distintas. Ser vice-presidente, nesse período, implicava em fazer campanha e ser eleito pelo povo nominalmente, tal qual o presidente. Ele podia, inclusive, ser mais votado que o próprio presidente. Havia, assim, legitimidade e liderança políticas na função da vice-presidência. Essa função política adquiria contornos e espaços que acabariam por se perder com a mudança das regras eleitorais.

Jango foi eleito vice-presidente pela primeira vez em 1956, concorrendo na mesma chapa de Juscelino Kubitschek. Os dois assumiram os respectivos mandatos sustentados por uma aliança, já consagrada, entre dois grandes partidos: o PSD e o PTB. Jango era então o maior nome do PTB, sendo, não casualmente, o seu presidente. Ele foi um apoio fundamental em tal eleição, tanto que recebeu mais votos que o próprio JK. Na segunda vez, em 1960, Jango foi eleito vice de Jânio Quadros, candidato de uma coligação encabeçada pela UDN. Portanto, tratava-se de um presidente eleito por uma chapa e de um vice, Jango, reeleito, por outra (BIBLIOGRAFIA, 2000?).

Com JK, Jango exerce o papel de vice-presidente com grandes lucros para si mesmo e para o presidente. Portanto, é preciso entender a razão da importância política

que João Goulart assumiu no governo JK. Foi ele que na condição de ex-ministro do Trabalho de Vargas e de líder maior do PTB se encarregou dos contatos na área trabalhista e sindical. Pode-se dizer que Jango foi o principal contato e o grande negociador do governo com o conjunto das lideranças sindicais da época - uma função que teve que administrar com habilidade, sobretudo porque a UDN e seu maior expoente, Carlos Lacerda, jamais abandonaram os ataques e as denúncias de um crescente "perigo sindicalista-comunista" que rondaria o país (BANDEIRA, 1978).

A manutenção da "paz e da tranquilidade" dentro das regras democráticas foi assim uma conquista permanente do governo, para a qual as figuras de Juscelino e Jango muito contribuíram. Houve, dessa forma, uma espécie de divisão de trabalho entre JK e Jango, sendo este último, em grande medida, quem intermediou todos os conflitos que emergiram do mundo sindical e quem absorveu os desgastes inevitáveis, advindos dessa tarefa. Fazendo isso, ele, até certo ponto, aliviava e preservava JK de um tipo de exposição muito ingrata, permitindo que ele pudesse se situar "acima" de conflitos de classe. E Jango fazia esse papel muito bem. Tinha experiência, gosto e talento, o que faz com que seu período de vice-presidente tenha sido dos melhores e mais bem sucedidos de sua carreira política.(GOMES, 2000?).

Sua atuação foi marcada por uma difícil e perigosa combinatória entre o estímulo à ação dos sindicatos e o controle de manifestações mais radicais que pudessem comprometer a ordem social. De uma maneira muito sintética, pode-se dizer que os anos JK não foram infensos à ocorrência de agitações na área do trabalho organizado. Houve greves que mobilizaram sindicatos fortes como os dos ferroviários, marítimos, metalúrgicos, bancários e gráficos, em algumas importantes cidades do país. Nenhuma, contudo, com as dimensões dramáticas daquela conhecida como a "greve dos 300 mil", ocorrida em São Paulo em 1953, ainda quando Jango era ministro do Trabalho de Vargas. Nenhuma também como as que iriam ocorrer após setembro de 1961, quando Jango se tornou presidente da República, após a renúncia de Jânio. Ou seja, o que caracterizou os movimentos ocorridos durante os anos JK foi o fato de terem encaminhado demandas que, em geral, foram negociadas mesmo antes de chegar à Justiça do Trabalho, para o que os contatos e a sensibilidade política do vice-presidente foram fundamentais (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.13).

As greves pulverizaram todo esse período. Houve sobretudo a atuação dos sindicalistas, que se utilizaram do momento de distensão política e da posição estratégica do vice-presidente para conseguir ganhos materiais e simbólicos para os trabalhadores. Nesse período, a presença dos sindicatos se afirmou no curso das negociações trabalhistas, com suas lideranças ganhando visibilidade e prestígio em função de uma conjuntura política e econômica favorável. O movimento sindical brasileiro atravessava então uma fase de crescimento, que pode ser mais bem dimensionado quando alguns aspectos do governo JK são lembrados nesse campo específico. Um deles diz respeito à aceleração do crescimento econômico e do número de empregos trazido pela política desenvolvimentista.

Durante todo esse período, a importância do Ministério do Trabalho, controlado por Jango e pelo PTB, é muito significativa. Do ministério e de seu Departamento Nacional do Trabalho, que se desdobrava nas Delegacias Regionais do Trabalho, partiam as orientações e as negociações que garantiam que as reivindicações e greves tivessem um curso não explosivo. Havia uma espécie de condução negociada dos conflitos, que associava controle político com boas doses de liberdade sindical. Uma liberdade alimentada por recursos de poder que cresceram muito na ocasião, especialmente após a aprovação, em agosto de 1960, da Lei Orgânica da Previdência Social, projeto que estava no Congresso havia anos. Essa lei assegurou aos órgãos sindicais 1/3 dos lugares nos conselhos executivos que fiscalizavam todas as agências da Previdência Social, isto é, os poderosos Institutos de Aposentadorias e Pensões (os IAPs), que se organizavam por categorias profissionais SKIDMORE, 1982).

Não é difícil de imaginar a ampliação da área de ação e do poder que o direito a esse tipo de representação deu ao movimento sindical brasileiro. Não é difícil de imaginar também como a liderança política de Jango se fortaleceu, dentro e fora do PTB, alimentando esperanças, mas igualmente rivalidades entre seus partidários, além de temores crescentes entre seus opositores, que sempre o viram como uma ameaça pelos vínculos com o sindicalismo e com o comunismo. Quando ele é reeleito vice-presidente de Jânio Quadros, seu cabedal político havia aumentado muito, do mesmo modo que seus compromissos com um programa reformista do PTB e dos sindicatos. Mas é bom, para finalizar, remarcar que se um vice-presidente tem certos limites de ação, um presidente tem outros, de natureza distinta. O exercício da presidência exige posturas, cuidados e compromissos diversos. Jango foi presidente da República em

circunstâncias absolutamente excepcionais e, vale lembrar, não teve nenhum vice para dividir desgastes políticos.

9 Vice outra vez

O visível esgotamento do estilo político de improvisação do presidente Juscelino Kubitschek, a crise econômica e a ascensão das massas na cidade e no campo criaram sérias dificuldades para o governo encontrar um candidato à sucessão presidencial que desse continuidade à sua política desenvolvimentista. A tentativa de aproximação da aliança PSD-PTB com a UDN, o maior partido da oposição, foi rechaçada por Carlos Lacerda, um dos principais líderes udenistas, que defendia o nome de Jânio Quadros para candidato do partido à presidência da República.

Jânio havia se projetado na vida política de São Paulo devido à sua eficiência administrativa e à sua independência com relação aos partidos. Em abril de 1959, foi lançado candidato à presidência pelo recém-fundado Movimento Popular Jânio Quadros (MPJQ), de caráter suprapartidário. Nesse mesmo mês, a convenção nacional do Partido Trabalhista Nacional (PTN) escolheu-o seu candidato à sucessão presidencial. Em novembro do mesmo ano, mais três pequenos partidos – o Partido Libertador (PL), o Partido Democrata Cristão (PDC) e o Partido Republicano (PR) – apoiaram a sua candidatura.

Enquanto isso, o PSD e o PTB, empenhados em manter a aliança vitoriosa em 1955, decidiram-se pelo nome do marechal Henrique Teixeira Lott para cabeça da chapa que disputaria a presidência da República. Dentro do PTB, o vice-presidente João Goulart despontava como o nome natural para concorrer uma vez mais ao cargo, embora enfrentasse forte resistência nos setores conservadores do PSD e nos meios militares. Mesmo assim, foi escolhido para o cargo, durante a convenção nacional do PTB, realizada em maio de 1959.

As atenções voltavam-se agora para a UDN, que começava a vislumbrar na candidatura de Jânio Quadros a oportunidade de derrotar a oligarquia pessedista e o trabalhismo em ascensão. Jânio aceitou ser candidato, mas impôs como condição independência em relação às negociações partidárias. De fato, Jânio já havia ganho o apoio de diversos partidos de pouca expressão eleitoral e, ao mesmo tempo,

demonstrava muita tolerância com relação ao Movimento Jan-Jan, iniciativa de caráter não oficial surgida ainda em 1959 e que lançara Jânio para presidente e Jango para vice, ambos efetivamente eleitos em outubro de 1960.

As dificuldades entre Jânio e a UDN, que marcariam o curto governo janista, já se faziam presentes durante a campanha presidencial. Com relação à política econômica, ele prometia se empenhar no controle da inflação e no saneamento das finanças públicas, aliados ao desenvolvimento econômico; defendia o fortalecimento da Petrobrás e o controle das remessas de lucros para o exterior, aproximando-se, assim, das teses defendidas pelo PTB. Mas era sobretudo seu posicionamento em relação à política externa que o distanciava da UDN. A visita que fez à Cuba, em março de 1960, quando demonstrou simpatia pela experiência socialista em curso naquele país, deixou claro esse distanciamento.

Jânio Quadros venceu as eleições presidenciais de outubro de 1960, tendo recebido 48% dos votos do eleitorado, contra 32% dados a Henrique Teixeira Lott e 20% a Ademar de Barros. Tomou posse, juntamente com João Goulart, no dia 31 de janeiro de 1961. Após 15 anos de domínio do PSD, a oposição finalmente chegava ao poder, embora com uma bancada minoritária no interior do Congresso. Em pouco tempo, instalou-se o conflito entre o Executivo e o Legislativo, que levaria o país à grande crise de agosto de 1961, cujo ápice foi a renúncia de Quadros e o veto dos ministros militares à posse do vice-presidente Goulart.



Figura 2 - João Goulart, Jânio Quadros e Juscelino Kubitschek, na posse do homem da vassoura. Disponível em <http://veja.abril.com.br/blog/caca-ao-voto/tag/janio-quadros/>

10 O segundo mandato na vice-presidência e a crise sucessória

Jânio Quadros e João Goulart foram empossados, respectivamente, na presidência e na vice-presidência da República, em 31 de janeiro de 1961. Para os ministérios militares, Jânio escolheu elementos ligados aos opositores do grupo nacionalista; na política econômica, adotou o receituário ortodoxo recomendado pelo Fundo Monetário Internacional (FMI). Essas escolhas deixaram claro para Jango a impossibilidade de construir um bom relacionamento com o presidente (GOMES, 2000?, p.12).

A principal proposta de governo janista era a instauração de uma cruzada moralizadora no país. Suas primeiras medidas - a instauração de inquéritos comandados por militares – destinavam-se a criar uma imagem de inovação dos costumes e saneamento moral, tendo a administração pública como alvo principal. Em maio de 1961, o próprio Jango viu-se envolvido nos inquéritos instaurados no Serviço de Alimentação da Previdência Social (SAPS) e no Instituto de Aposentadoria e Pensões

dos Bancários (IAPB). O vice-presidente era nominalmente acusado de ser um dos principais beneficiários da propaganda eleitoral no IAPB às custas do dinheiro público. Todavia, a acusação não teve nenhum desdobramento prático.

Enquanto, no plano interno, Jânio desenvolvia uma política considerada conservadora e alinhada com os Estados Unidos, sua política externa seguia os princípios de uma linha independente, aberta a todos os países do mundo. Um dos marcos dessa independência foi a posição assumida pelo Brasil contrária a ações armadas dos americanos em Cuba, que se havia declarado socialista. Além disso, aproximou-se dos países socialistas do Leste europeu, preparando o caminho para o estabelecimento de relações comerciais e diplomáticas com aquelas nações, condenou o colonialismo e reafirmou sua posição a favor da autodeterminação dos povos. A atuação no plano internacional, paralelamente à perda gradual do apoio da UDN e ao aparecimento de limites e contradições do seu esquema político, levou Jânio a reorientar suas estratégias econômicas, voltando-as para o desenvolvimentismo, e a um aprofundamento da política externa independente. Tais mudanças o aproximaram do vice-presidente (BIBLIOGRAFIA, 2000?, p.16).

Foi nesse contexto que João Goulart recebeu um convite oficial para visitar a República Popular da China. Naquele país, a comitiva brasileira visitou Hanchow, Cantão e Pequim, e foi recebida pessoalmente pelo presidente Mao Tsé-Tung. Em 25 de agosto, já em Cingapura, Jango foi avisado da renúncia de Jânio.

A renúncia encetou uma grave crise política no país. Resistências de setores militares a Goulart resultaram em grande mobilização pró e contra sua posse na presidência da República. De acordo com a Constituição, no caso de vacância do cargo de presidente, o substituto imediato era o vice-presidente, e na impossibilidade deste, o presidente da Câmara dos Deputados. Assim, dada a ausência do vice-presidente, ainda no dia 25, Pascoal Ranieri Mazzilli assumiu interinamente o poder.

A oposição dos ministros militares e de parcelas da sociedade civil à posse de Jango, sob a alegação de que ela significaria séria ameaça à ordem e às instituições, polarizou a sociedade brasileira, colocando os partidários do veto e os defensores da legalidade frente à frente. O impasse durou vários dias, chegando a haver reais possibilidades de confronto militar entre os dois lados.

O principal foco de resistência ao veto militar localizou-se no Rio Grande do Sul. Em Porto Alegre, o governador Leonel Brizola, contando com o apoio do general José Machado Lopes, comandante do III Exército, iniciou uma campanha de alcance nacional pela posse de Goulart. Foi então formada a Cadeia da Legalidade, rede de mais de cem emissoras de rádio que exortava a população a se mobilizar em defesa da posse de Goulart.

No Congresso Nacional, as pretensões militares também encontraram obstáculos. Os parlamentares rejeitaram o pedido de impedimento de Jango e, em seguida, propuseram a adoção de uma solução conciliatória: a implantação do regime parlamentarista. Simultaneamente, ampliava-se o apoio à posse de Goulart entre estudantes, intelectuais e trabalhadores. Nos meios políticos, a defesa da legalidade ganhava novas e importantes adesões, como a dos governadores Nei Braga, do Paraná, e Mauro Borges, de Goiás (BANDEIRA, 1978).

Enquanto ferviam as negociações, Jango, informado do rumo dos acontecimentos, aproximava-se do território brasileiro. De Cingapura, seguiu para Paris, e da capital francesa para Nova Iorque, onde chegou em 30 de agosto. Nessa cidade, concedeu uma entrevista à imprensa onde declarou que seguiria para a Argentina e chegaria ao Brasil pelo Rio Grande do Sul. No dia seguinte viajou para Buenos Aires, onde foi impedido de desembarcar, em virtude de forte dispositivo militar armado pelo governo argentino. Nesse mesmo dia, rumou para Montevidéu, onde era esperado pelo embaixador brasileiro Valder Sarmanho, cunhado de Getúlio Vargas. Na capital uruguaia, Goulart decidiu aceitar a fórmula parlamentarista, mesmo contando com o apoio de importantes setores que rejeitavam essa solução conciliatória. No dia 2 de setembro, o Congresso Nacional aprovou a emenda parlamentarista e, no dia 7, Jango tornou-se presidência da República.

11 Presidente do Brasil

A esta altura Jango tentava apelar para a esquerda. Só que a própria esquerda estava dividida. Uma esquerda moderada ou positiva representada por San Tiago Dantas, advogado e político do PTB de Minas Gerais (e antigo integralista), e pelos jovens tecnocratas como Celso Furtado, que evitavam os rótulos políticos mas que, no

entanto, tinham importância. A outra ponta era a esquerda radical ou esquerda negativa, cujo líder era Leonel Brizola. Nos dias 1º e 13 de maio de 1962, João Goulart usava a linguagem da esquerda positiva, porém com “tom” de esquerdista. Apesar de liderar a campanha para as reformas ele gerava dúvidas quanto aos seus objetivos finais em relação às esquerdas (SKIDMORE, 1982, p. 267).

A posição de Jango tornou-se mais ambígua quando Tancredo Neves⁷ renunciou. Segundo TOLEDO (1986), ambos tinham um plano de demonstrar a inviabilidade do parlamentarismo. Seu objetivo era forçar uma campanha para a volta ao modelo presidencial.

O mandato de Tancredo Neves durou de setembro de 1961 a janeiro de 1963, quando um referendo popular determinou o retorno ao presidencialismo. Após várias manobras realizadas por Jango sem sucesso (incluindo a candidatura de San Tiago Dantas), finalmente Tancredo foi sucedido por Brochado da Rocha. Brochado da Rocha foi chefe de governo até setembro de 1962, ou seja, por menos de quatro meses. Após esse fiasco Herme Lima foi o último a ocupar o cargo. De acordo com Bandeira (1978), Hermes Lima não foi eleito primeiro-ministro; tornou-se chefe de governo graças à Lei Complementar nº 2 que permitia a formação de um gabinete provisório sem o voto parlamentar. Apenas no final de novembro o seu governo foi sancionado pelo Congresso com 164 votos a favor e 137 contra.

O curioso é que antes de sair do cargo, Brochado da Rocha encaminhou à Câmara a emenda Oliveira Brito que antecipava o plebiscito para 7 de outubro de 1962, o que coincidia com as eleições para o Congresso e governos estaduais. A rejeição da emenda provocou a renúncia do gabinete.

Da direita vieram os ataques - de Lacerda e do radicalismo udenista. Acusavam o regime de Jango de estar comprometido com os comunistas e de tramar um golpe. Se Jango fosse presidente com plenos poderes alavancaria seus planos subversivos. Em contrapartida Brizola representando a esquerda ameaçava o Congresso com intervenção armada, caso não aprovasse o plebiscito para dezembro (SKIDMORE, 1982. P. 270).

⁷ O primeiro-ministro Tancredo Neves realizou a primeira reunião de um gabinete parlamentarista na história republicana brasileira no dia 14 de setembro de 1961. Tancredo ganhou a eleição para o cargo com 259 votos a favor, 22 contra e 7 abstenções. Segundo TOLEDO (1986) Tancredo era um político sem muita expressão nacional na época. Ele ocupava o cargo de secretário do Interior e Justiça do Governo Leonel Brizola no Rio Grande do Sul.

Uma manobra de adesão dos sindicatos de funcionários públicos que apoiavam Jango, desencadearam várias greves e manifestações. Estas reivindicavam a antecipação do plebiscito. Estes protestos tiveram apoio de parte dos militares (que foram oferecidos cargos e promoções feitas por Jango), tanto por meio de declarações públicas quanto assegurando que as manifestações não seriam reprimidas.

A estratégia foi um sucesso. Com a queda do governo Brochado da Rocha foi aprovada a Lei Capanema-Valladares que antecipava o plebiscito para 6 de janeiro de 1963. O governo que se seguiu, de Hermes Lima, não passou de uma espécie de "mandato-tampão" de Goulart: vários ministros escolhidos por Hermes Lima foram mantidos por Goulart. Não foi uma mera coincidência. Todos sabiam que o referendo iria rejeitar o parlamentarismo (ALMEIDA, *online*, p.05).

Para combater a oposição de que o governo de Jango seria subversivo, imediatamente João Goulart reuniu seus ministros e propôs que traçassem um plano que tivesse triplo impacto: 1) eliminar o engarrafamento no desenvolvimento econômico brasileiro; 2). Igualar a distribuição de renda; 3) Equilíbrio político abrindo caminho para modificações na estrutura social (como voto para analfabetos e programa de alfabetização). Estes pontos seriam atingidos por meio das "reformas de base" que reunia um conjunto de iniciativas: as reformas bancária, fiscal, urbana, administrativa, agrária e universitária. Sustentava-se ainda a necessidade de estender o direito de voto aos analfabetos e às patentes subalternas das forças armadas, como marinheiros e os sargentos, e defendia-se medidas nacionalistas prevendo uma intervenção mais ampla do Estado na vida econômica e um maior controle dos investimentos estrangeiros no país, mediante a regulamentação das remessas de lucros para o exterior. O carro-chefe das reformas era, sem dúvida, a reforma agrária que visava eliminar os conflitos pela posse da terra e garantir o acesso à propriedade de milhões de trabalhadores rurais (TOLEDO, 1987, p.65).

Podemos resumir então a bandeira levantada por João Goulart nas seguintes áreas:

- **Reforma educacional:** visava combater o analfabetismo com a multiplicação nacional das pioneiras experiências do Método Paulo Freire. O governo também se propunha a realizar uma reforma universitária e proibiu o funcionamento de escolas particulares. Foi imposto que 15% da renda produzida no Brasil seria direcionada à educação.

- **Reforma tributária:** controle da remessa de lucros das empresas multinacionais para o exterior; o lucro deveria ser reinvestido no Brasil. O imposto de renda seria proporcional ao lucro pessoal.
- **Reforma eleitoral:** extensão do direito de voto aos analfabetos e aos militares de baixa patente.
- **Reforma agrária:** terras com mais de 600 hectares seriam desapropriadas e redistribuídas à população pelo governo. Neste momento, a população agrária era maior do que a urbana.
- **Reforma urbana:** foi estipulado que as pessoas que tivessem mais de uma casa poderiam ficar com apenas uma; as demais seriam doadas ao Estado ou vendidas a preço baixo.

Movimentos populares e militares surgiram nessa época que forçavam a implantação das reformas de bases. A Revolta dos Sargentos, movimento que reivindicava o direito de que os chamados graduados das forças armadas (sargentos, suboficiais e cabos) exercessem mandato parlamentar em nível municipal, estadual ou federal, o que contrariava a Constituição de 1946 - foi um exemplo desta. A eclosão da Revolta dos Sargentos aconteceu em setembro de 1963.

O ano de 1964 iniciou-se com o virtual isolamento de Jango e com o esgotamento das negociações com o Partido Social Democrático (PSD) e as forças mais conservadoras, para implementar a agenda do governo. Neste quadro, a nova estratégia de Goulart foi organizar uma ofensiva política apoiada pelos principais grupos de esquerda para garantir o apoio às reformas de base. O plano de ação era o seu comparecimento a uma série de grandes comícios nas principais cidades do país, a fim de mobilizar a maioria da população brasileira em favor das reformas. Essa nova fase foi inaugurada no dia 13 de março de 1964, com o comício realizado na estação da Central do Brasil, no Rio de Janeiro, também denominado Comício das Reformas, ao qual compareceram cerca de 150.000 pessoas. Na ocasião, Goulart proclamou a necessidade de mudar a Constituição e anunciou a adoção de importantes medidas, como a encampação das refinarias de petróleo particulares e a possibilidade de desapropriação das propriedades privadas valorizadas por investimentos públicos, situadas às margens de estradas e açudes (FERREIRA, 2008, p.15).

Após esses fatos João Goulart se tornou mais enigmático ainda, de acordo com Skidmore (1982) os sucessivos ataques da oposição e seu enfraquecimento perante seus apoiadores culminaram na brecha que os militares queriam. Liderados pelo General Castelo Branco no final de 1963 tem início as articulações para o golpe. O golpe

militar⁸ de 31 de março de 1964 e o afastamento de Jango da presidência impediram a concretização das almejadas reformas.

12 O exílio e a morte

Com a implantação da ditadura, João Goulart partiu para o exílio no Uruguai. E morreu 6 de dezembro de 1976, foi declarado falecido oficialmente, vítima de um ataque cardíaco, no município argentino de Mercedes, Corrientes.

Existem, contudo, suspeitas por parte de familiares, colegas de política e outras personalidades de que João Goulart tenha sido assassinado por agentes da Operação Condor. Não foi realizada autópsia alguma em seu corpo antes de seu sepultamento. Supõe-se que tenha sido envenenado.

No dia 27 de janeiro de 2008, o jornal Folha de S. Paulo, publicou uma matéria com o depoimento do ex-agente do serviço de inteligência uruguaio Mario Neira Barreiro, que declarou que João Goulart foi envenenado por ordem de Sérgio Fleury, delegado do Departamento de Ordem Política e Social (DOPS). A autorização teria vindo do presidente da época, Ernesto Geisel (1908-1996).

Em julho do mesmo ano, uma comissão especial da Assembléia Legislativa do Rio Grande do Sul divulgou um relatório afirmando que "são fortes os indícios de que Jango foi assassinado de forma premeditada, com o conhecimento do governo Geisel".

Em março de 2009, a revista Carta Capital publicou documentos inéditos do Serviço Nacional de Informações (SNI) produzidos por um agente infiltrado nas propriedades de Jango no Uruguai que reforçam a tese de envenenamento. A família Goulart ainda não conseguiu identificar quem seria o "agente B", como é denominado nos documentos. O agente era tão próximo de Jango que descreveu que durante a festa de 56 anos do ex-presidente, este teve uma discussão com o filho por causa de uma briga entre os funcionários Manoel dos Santos e Tito. De acordo com o agente, Manoel sacou uma faca contra Tito, um "invertido sexual", por não ter sido "atendido" por ele. Após a publicação da reportagem, a Comissão de Direitos Humanos da Câmara dos

⁸ Ver mais detalhes em Golpe de 64 e a Ditadura Militar, de Julio José Chiavenato. Editora Moderna, 2004.

Deputados decidiu investigar a suspeita de envenenamento de Jango. Posteriormente, na mesma revista, Maria Teresa (esposa de Jango) mostra documentos do governo uruguaio que reforçam suas denúncias do monitoramento a Jango. Os militares uruguaios seguiam os passos de Jango, seus negócios, etc. Nestas fichas de 1965 (um ano após do golpe no Brasil) com dados sobre Jango naquele país e tudo mais sobre ele, consta que ele poderia ser vítima de atentado. Em documento requisitado ao Uruguai pelo Movimento de Justiça e Direitos Humanos e pelo Instituto Presidente João Goulart, o Ministério do Interior uruguaio informou que “fontes sérias e responsáveis brasileiras” falavam de um “presumível complô- contra o ex-presidente brasileiro”.

Em maio de 2010, após investigar por dois anos as circunstâncias da morte de Jango, o historiador Luiz Alberto Moniz Bandeira afirmou em entrevista à Folha de S. Paulo que a teoria do envenenamento não condiz com a verdade, acusando a família Goulart de endossar a suspeita na tentativa de obter indenizações do governo. A tese sobre o suposto assassinato do ex-presidente é analisada num apêndice inédito a seu livro O Governo João Goulart. Segundo o historiador, companheiro do ex-presidente no exílio, as denúncias carecem de provas, e a autópsia do corpo não foi feita não por veto da ditadura, mas por decisão da família. Ele afirma ainda não ter dúvidas de que Goulart morreu de infarto, dado seu histórico de problemas cardíacos e falta de cuidados com a própria saúde.

CAPÍTULO III – CINEMA DE RESISTÊNCIA NA CONSTRUÇÃO DO IMAGIÁRIO POLÍTICO

1. Cinema, Documentário e Propaganda Política

Falar de cinema e falar de imaginário social se torna quase verossímil. O cinema é uma fábrica de sonhos, desejos, buscas. Apesar dos adventos da vida moderna o cinema continua com seus adeptos aficionados, através da telinha mágica a vida se torna palpável e numa pseudo realidade conseguimos dar forma a olhares deste e de outros mundos. Para Edgar Morin (1970) o cinema e o sonho estão ligados no inconsciente do indivíduo. As estruturas do filme são mágicas e correspondem às mesmas carências de imaginário que as do sonho. Durante a observação das imagens há uma sensação de passividade, encantamento e impotência física. “Mais próximo do cinema é sonhar acordado [...] por que todos os atributos do sonho se revestem da precisão do real” (MORIN, 1970, 182).

O homem sempre perseguiu o registro da realidade, desde as pinturas rupestres, passando pelas milenares sombras chinesas até a fotografia, a captação desses movimentos impulsionavam cada vez mais invenções. Até que Reynaud construiu o Praxinoscópio e usando películas de celulóide com as perfurações necessárias a adesão a máquina projetora. Assim surgia a película sensível que é base para a criação do cinema. Em seguida Niepce, Daguerre e Maddox conseguem obter imagens em chapas de metal. A partir daí realizam-se as primeiras filmagens, as do revólver de Jansen e as do fuzil de Marey, fixando momentos de um corpo em movimento. Demeny e Edison com dois aparelhos chamados Fonoscópio e o Kinescópio conseguem captar o movimento em continuidade, mas sem projetar. Os irmãos Lumière finalmente conseguem fundir a película sensível e o aparelho de projeção criando o cinematógrafo. Assim no dia 28 de dezembro de 1895 era exibido no subsolo do Grand Café, em Paris, a primeira sessão de cinema no mundo (SOUZA, 1981, p. 1 -3 / Bernardet, 1981, p.11)

Ainda de acordo com Souza (1981), por incrível que pareça o cinema chegou ao Brasil um ano depois, a primeira exibição de cinema em terras tupiniquins aconteceu na rua do Ouvidor, nº 57, no Rio de Janeiro, em 8 de julho de 1896. No ano seguinte, foi inaugurada a primeira sala fixa, também na rua do Ouvidor, no Rio de Janeiro.

Não demorou muito para o cinema ganhar adeptos mundo afora, o cinema se tornou mais que uma opção de entretenimento, se tornou uma mercadoria. O cinema ao contrário do DVD, Cd ou livro, é uma mercadoria perecível. Você compra o ingresso utiliza ou não e nunca mais vai usar este. Como se fosse um bilhete único e intransferível. Acoplado a esta característica, o cinema gera muito mais lucro, que o teatro, por exemplo, pois é através da reprodução de cópias que se expande mundialmente. Os produtores da indústria cinematográfica antes do fim da primeira década do século XX ao invés de alugarem as cópias dos seus filmes aos exibidores eles vendiam. Os produtores perceberam que teriam mais lucro recebendo porcentagem em cima do número de vezes que o filme fosse exibido.

Segundo Bernadet (1988, p.12) na década entre 1910 e 1930 os filmes nacionais eram produzidos esporadicamente, sempre com história em atos e figuras “heróicas”. O primeiro político a utilizar o cinema como propaganda persuasiva foi Getúlio Vargas com os Cinejornais.

A filmagem, a montagem, a música e o discurso apresentados nos cinejornais que traziam os comícios, veiculados nas salas de cinema antes da exibição dos filmes, eram minuciosamente articulados para que a imagem de ‘pai dos pobres’ fosse fomentada, sendo que em todas as produções, inclusive na época em que a veiculação dos cinejornais era obrigatória e coordenada pelo DIP (Departamento de Imprensa e Propaganda), Vargas estava cercado pela população que o aplaudia e gritava seu nome (ROCHA & FRANCO, 2007, p. 35).

As imagens dos cinejornais exaltavam a emoção e gratidão do candidato frente a sua aceitabilidade do povo, assim como a música que instigavam o nacionalismo e o crescimento econômico do Brasil, que poderia se tornar um dos melhores lugares para se viver. Notamos aí a semelhança com outros filmes lançados no exterior, como o da campanha nazista e algumas milhares de dezenas de filmes holywoodianos.

Estes últimos com menções de bandeiras e outros símbolos nacionais em quase todos os filmes originários dos EUA levando os espectadores a um condicionamento da terra prometida, da “América perfeita”. Fator explicado pelo microbiologista russo Serge Tchakhotine que relacionou o êxito da propaganda nazista através da interpretação da teoria dos reflexos condicionados de Pavlov. Esta técnica também foi utilizada por Mussolini que dominava de longe um “condicionamento das massas”. Vale ressaltar que condicionamento para que sempre surta o efeito desejado tem que ser repetido de tempos em tempo para que não caia no esquecimento.

A explicação do fato de que os movimentos políticos atuais se servem particularmente dos símbolos para seu recrutamento e sua ação, não representa dificuldades. A história nos fornece, aliás, exemplos magníficos do seu emprego eficaz: a progressão triunfal do símbolo cristão – a Cruz; as letras S.P.Q.R., velho emblema do poder de Roma, o Crescente do Islã, etc. Um exemplo de luta política, por meio de símbolos, nos dá o passado: a luta entre a Cruz e o Crescente (TCHAKHOTINE, 1967, p.259).

Domenach acrescenta que esse “sucesso” da propaganda nazifascista tinha um eixo central: Predomínio da imagem sobre a explicação, do sensível brutal sobre o racional. Assim, após entenderem estes conceitos aplicavam os mesmos nos meios de comunicação de massa, que aqui são exemplificados através do cinema, do rádio, do jornal impresso e material gráfico. A tática foi tão bem sucedida que até hoje nos rende material de estudos.

Segundo Domenach existem seis leis que regem o funcionamento da propaganda política. São elas: **Lei de simplificação e do inimigo único**: “Em todos os domínios, a propaganda logo se emprenha na busca da simplificação. Trata-se de dividir a doutrina e a argumentação em alguns pontos, definindo-os o mais claramente possível” (DOMENACH, 1963, p.54). Esta lei ainda fala do artifício de se descarregar sobre um único indivíduo sentimentos intensos. “[...] forma simplificadora mais elementar e rendosa é, evidentemente, a de concentrar sobre uma única pessoa as esperanças do campo a que pertencemos ou o ódio pelo campo adverso” (DOMENACH, 1963, p.56).

Em seguida vem a **Lei de ampliação e desfiguração**: “A ampliação exagerada das notícias é um processo jornalístico empregado corretamente pela imprensa de todos os partidos, que coloca em evidência todas as informações favoráveis aos seus objetivos”, como exemplo temos que as redes sociais avançam cada vez mais, e são utilizadas como propaganda política, *Twitter*, *Facebook*, *Orkut*, *MSN*, etc dão o tom da ampliação exagerada das notícias. “A hábil utilização de citações destacadas do contexto constitui também processo freqüente (DOMENACH, 1963, p.54).

Lei da Orquestração A primeira condição para uma boa propaganda é a infatigável repetição dos temas principais (...) A repetição pura e simples, entretanto, logo suscita o tédio. Trata-se, por conseguinte, ao insistir obstinadamente sobre o tema central, de apresentá-lo sob diversos aspectos (...) “A qualidade fundamental de toda a campanha é a permanência do tema, aliado à variedade de apresentação (DOMENACH, 1963, p.61).

Lei da Transfusão Jamais acreditaram os verdadeiros propagandistas na possibilidade de se fazer propaganda a partir do nada e impor às massas não importa que idéia, em não importa que momento (...) Errar-se-ia ao considerar a propaganda um instrumento todo-poderoso para orientar as massas não importa em que direção (...) A propaganda exerce sempre a papel de parteira, mesmo se divulga monstruosidades (DOMENACH, 1963, p.68-69).

Lei da unanimidade e de contágio: Trotter confirma que o animal de um rebanho é mais sensível à reação dos demais indivíduos que aos estímulos exteriores. Essa lei de simpatia imediata, essa arregimentação gregária são contraditórias nas sociedades humanas e claramente observáveis nas sociedades infantis. Certos processos de propaganda parecem conformar-se a essa lei de contágio. Para atrair o assentimento, para criar a impressão de unanimidade, recorrem os freqüentemente os partidos a manifestações e desfiles de massas (DOMENACH, 1963, p.72).

Contrapropaganda: A contrapropaganda, isto é, a propaganda de combate às teses do adversário, pode ser caracterizada por algumas regras secundárias que lhe são inerentes: 1º Assinalar os temas do adversário. (...) 2º Atacar os pontos fracos. (...) 3º jamais atacar frontalmente a propaganda adversária quando for poderosa (...) 4º Atacar e desconsiderar o adversário (...) 5º Colocar a propaganda do adversário em contradição com os fatos (...) 6º Ridicularizar o adversário (...) 7º Fazer predominar seu “clima de força” (grifos do autor) (DOMENACH, 1963, p.82-85).

A propaganda política e ideológica presente nos filmes permite disseminar, de forma persuasiva, para toda a sociedade, as idéias de determinado grupo. Depois de emitida através de diversos meios e suportes de comunicação, elas passam a ser retransmitidas, direta ou indiretamente, no seio das diversas instituições sociais, ampliando e reforçando o processo de difusão. “A ideologia, dessa forma, se espalha e impregna todas as camadas da sociedade. Na família, na escola ou no trabalho, em todas as partes e por todos os meios, todos passam a ser orientados para os mesmos fins e enquadrados dentro dos mesmos princípios” (GARCIA, 1992, p.78).

O cinema como dito anteriormente faz essa junção do áudio, do visual e da fascinação. A luz baixa, o silêncio, as pessoas reunidas é como um ritual para aceitação da mensagem. E a política, onde o poder está intrínseco, se rodeiam dessas representações coletivas, onde o domínio do imaginário e do simbólico é um importante lugar estratégico.

De acordo com BACZO (1985), exercer um poder simbólico não consiste meramente em acrescentar o ilusório a um potencia “real”, mas sim em duplicar e reforçar a dominação efetiva pela apropriação dos símbolos e garantir a obediência pela conjugação das relações de sentido e poderio.

Mas nem sempre é a visão dos partidos que é repassada nos longas, a visão do diretor ou da população também pode afetar a produção e a construção desses imaginários coletivos. Os documentários, por exemplo, refletem muito o contexto e a visão do diretor sobre o tema. Que Bernardet (1985) complementa dizendo que além dos mecanismos que vimos para significar o real, o filme se vale de outro: o encadeamento das sequências num raciocínio lógico que mistura a análise do fenômeno com a 4com Ramos (*on line*), documentário é um gênero cinematográfico que se caracteriza pelo compromisso com a exploração da realidade. Mas dessa afirmação não se deve deduzir que ele represente a realidade “tal como ela é”. O documentário, assim como o cinema de ficção, é uma representação parcial e subjectiva da realidade.

A idéia é que, ao vermos um documentário, em geral temos um saber social prévio, sobre se estamos expostos a uma narrativa documental ou ficcional. Como espectadores, fruimos a narrativa em função deste saber prévio, presença do passado no presente imediato [...]. Na ampla maioria dos casos, efetivamente, sabemos o que significa uma narrativa documental, que tipo de imagens contém, e reagimos, enquanto espectadores, a este saber. Socialmente, uma série de procedimentos nos informam o tipo de narrativa a que estamos tendo acesso. (D’ALMEIDA *apud* RAMOS, 2001, p.199-200).

Ainda de acordo com D’Almeida (2006) existem seis modos de se fazer documentários (poético, expositivo, observativo, participativo, reflexivo e performático), o filme “Jango” de Silvio Tendler, pode ser descrito como uma combinação dos modos expositivo e participativo, ressaltando este último modo que caracteriza segundo estudos de Bill Nichols os telejornais e as reportagens investigativas.

O modo expositivo “agrupa fragmentos do mundo histórico numa estrutura mais retórica ou argumentativa do que estética ou poética”, com legendas ou vozes que “propõem uma perspectiva, expõem um argumento ou recontam uma história” (NICHOLS, 2005, p.142)

Ainda de acordo com Nichols (2005), a voz do narrador é um show a parte, com discursos objetivos predem a atenção do telespectador combinando seu tom e volume da voz com as imagens. Semelhante aos âncoras de noticiários televisivos, o narrador do documentário expositivo passa credibilidade, segurança e neutralidade.

O modo participativo, por sua vez, deixa clara a interferência do cineasta na realidade que pretende registrar. O mundo histórico é representado por alguém que nele se engaja ativamente, colocando o cineasta em cena. Esse estilo de filmar é o que Rouch e Morin denominaram de *cinéma vérité* (...) Como cinema verdade, a idéia enfatiza que essa é a verdade de um encontro em vez da verdade absoluta ou não manipulada. Vemos como o cineasta e as pessoas que representam seu tema negociam um relacionamento, como interação, que formas de poder e controle entram em jogo e que níveis de revelação e relação nascem dessa forma específica de encontro (D'ALMEIDA *apud* NICHOLS, 2005, p.155).

Para dar mais credibilidade e a função de isenção o cineasta utiliza entrevistas para unir vários depoimentos numa única história. Então o documentário é contar uma história, geralmente do passado, e aí fica evidente a subjetivação do cineasta e sua impressão ao remontar esses fatos. Abixo relacionamos os principais documentários políticos brasileiros.

Quadro 2 - Documentários Políticos Brasileiros

	<u>Maranhão 66</u> O filme é uma encomenda de José Sarney, ex-presidente da República, que acabava de ser eleito governador do Estado do Maranhão, e desejava que seu amigo Glauber Rocha produzisse um documentário sobre a cerimônia de sua posse. Isso se dá dois anos depois da tomada de poder dos militares, a franqueza do filme é total e anuncia o tom de "Terra em Transe". Não se encontra no curta-metragem o mínimo de complacência para com o político que encomendou a obra. Ao contrário, o filme é construído como um verdadeiro desafio às promessas eleitorais demagógicas: enquanto o político se compromete solenemente a acabar com as misérias da região, elas são simplesmente mostradas, com uma terrível crueza, em imagens documentais (casas miseráveis, hospitais infectos, vítimas da fome, tuberculose...).
---	--

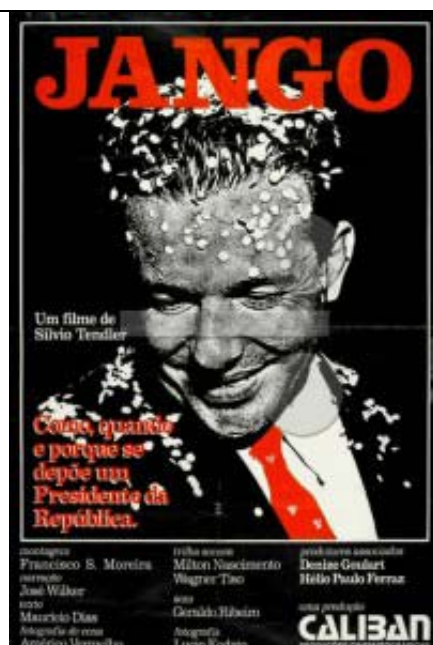


Os anos JK: uma trajetória política (1980)

1954: suicídio de Getúlio Vargas. 1955: crise política ameaça a posse do presidente eleito, Juscelino Kubitschek. 1956: JK assume a presidência.

Promete democracia e desenvolvimento. Supera crises e crises. Começa a construção de Brasília. Brasil muda de tom. 1960: JK inaugura Brasília. 1961: JK dá posse a seu sucessor Jânio Quadros. Sete meses depois Jânio renuncia. Crise. 1964: Golpe Militar instaura ditadura. JK é cassado.

Dez anos de história. Muitas crises. O governo JK é um exercício de democracia. O Brasil ferve.



Jango (1984)

Rodado em 1984, o documentário **Jango** retrata a carreira política de **João Belchior Marques Goulart**, presidente deposto pelos militares em 1º de abril de 1964.

Nesta obra cinematográfica, o diretor **Silvío Tendler** procurou mostrar a política brasileira da década de 60, desde a candidatura de Jânio Quadros, passando pelo golpe militar, as manifestações da UNE e os exílios.

O filme é narrado pelo ator **José Wilker** e conta com depoimentos de Magalhães Pinto, Aldo Arantes, Raul Ryff, Afonso Arinos e Francisco Julião, entre outros.



Tancredo, a travessia (2010)

Com o filme **Tancredo, a Travessia**, o diretor **Silvío Tendler** fecha sua trilogia presidencial. Ela começou em 1980, com **Os Anos JK, uma Trajetória Política**, sobre o também mineiro Juscelino Kubitschek, e, quatro anos depois, ganhou um segundo capítulo com **Jango**, focando João Goulart, presidente que sofreu o golpe militar de 1964. Os dois longas estão entre os três documentários mais vistos da história do cinema brasileiro — **Jango** levou um milhão de espectadores às salas de exibição, enquanto **Os Anos JK** arrecadou 800 mil.

A vida de Tancredo é esmiuçada desde seu nascimento, em 4 de março de 1910, em São João del-Rei, passando pelo advogado e homem de negócios. A carreira política tem início como vereador na terra natal e prossegue como deputado estadual, deputado federal, ministro da Justiça de Getúlio e Primeiro-ministro de Jango.

Tancredo se tornou opositor moderado do regime militar até se filiar ao MDB, reelegendo-se deputado federal e depois

	senador. Nos anos 1980, foi eleito democraticamente governador, interrompendo seu governo para lançar a candidatura à presidência da República, vencendo Paulo Maluf, do PDS. O foco principal é o do movimento das “Diretas Já” e o da campanha presidencial, de 1983 a 1985.
	<u>Linha de Montagem (1981)</u> Sobre as greves de 1979 e 1980 em São Bernardo do Campo. As grandes assembléias no campo de Vila Euclides, onde os trabalhadores decidem pela greve. A manutenção da greve leva à intervenção federal no Sindicato. Os operários reúnem-se para decidir como dar continuidade ao seu movimento. Após 10. de maio, diversos artistas dão um show em solidariedade aos grevistas. A greve de 1979 termina e os operários expressam a necessidade de organizar um fundo de greve para manutenção de seu movimento. Em 1980, já com fundo de greve organizado, nova greve é desencadeada. Dessa vez a repressão policial é mais intensa: além da intervenção no Sindicato, suas lideranças são presas e processadas com base na LSN. Sucodem-se choques de rua. Após o final da greve, os operários fazem um balanço do seu movimento, buscando definir qual o saldo proporcionado por dois anos de lutas.
(Sem foto)	<u>Comício: São Paulo a Luiz Carlos Prestes (1945)</u> Filme documentário que retrata a preparação e a realização do comício, realizado em 15 de julho de 1945 no estádio do Pacaembú, em São Paulo. O filme mostra o encontro do líder comunista Luiz Carlos Prestes com o povo após nove anos de prisão, boa parte desse tempo incomunicável.

Fonte: História do Cinema Brasileiro disponível em

<<http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br>>

1.1 Resistência

Partindo desse pressuposto vamos adentrar na história do cinema brasileiro de resistência que teve como pano de fundo a transição da ditadura militar para a redemocratização.

Para entendermos melhor o desenrolar dos fatos que contextualizaram o cinema de resistência propriamente dito, vamos observar abaixo um quadro cronológico com os

principais fatos do cenário nacional e internacional artístico-cultural, quanto do sócio-político das décadas de 1970 e 1980:

Quadro 3. Décadas de 1970 e 1980

Contexto Artístico-Cultural Nacional (1970-1979)	
Data	Evento
1970	Rubem Valentin, Carlos Sliar e Frans Krajcberg realizam as melhores exposições do ano no MAM-RJ, segundo a crítica.
	Grande exposição retrospectiva de Portinari, no MASP.
	Criação do Museu Lasar Segall, em São Paulo.
	Fundação da Escola Brasil, por Baravelli, Fajardo, Nasser, e José Resende, com a proposta de ser um centro de experimentação artística com ênfase no processo criativo.
	Evento Do Corpo à Terra, organizado por Frederico Moraes, em Belo Horizonte, com manifestações de vanguarda durante 3 dias, protagonizadas por artistas mineiros e cariocas.
1971	Exposição Internacional de Arte por Meios Eletrônicos/Arteônica, em São Paulo e Campinas, com curadoria de Waldemar Cordeiro e concretistas paulistas.
1972	VI Jovem Arte Contemporânea (JAC) divide o espaço museológico do MAC USP em lotes destinados aos artistas.
1973	Exposição Projeção 73, em São Paulo, faz um balanço no setor audiovisual brasileiro (discos e filmes).
	Exposição Áudio-Visuais, no MAM-SP.
	Sala especial da XII Bienal de São Paulo é dedicada a Waldemar Cordeiro.

1974	Criação do Museu de Arte e Cultura Popular da UFMT.
	Exposição Prospectiva 74, no MAC USP
1975	Criação da Escola de Artes Visuais do Parque Lage, no Rio de Janeiro. Criação da Fundação Nacional da Arte (FUNARTE), no Rio de Janeiro. Criação da Fundação Cultural do Mato Grosso, em Cuiabá. I Exposição Internacional de Arte Postal em Recife.
1976	Exposição Década de 70, no MAC USP
1977	Exposição Projeto Construtivo Brasileiro na Arte: 1950-1962, no MAM-RJ. e em São Paulo. Exposição Poéticas Visuais, no MAC USP.
1978	Bienal Latino-americana de São Paulo: Mitos e Magia. América-Latina: Geometria Sensível, no MAM-RJ. Incêndio no MAM-RJ. Salão Nacional de Artes Plásticas, no Rio de Janeiro. I Encontro Internacional de Vídeo-Arte, no Museu da Imagem e do Som (MIS), em São Paulo.
1979	Praça da Sé, em São Paulo, e Parque da Catacumba, no Rio de Janeiro, implantam museus de escultura ao ar livre. Criação do Espaço N.O., em Porto Alegre, liderado por Vera Chaves Barcellos, visando renovação na linguagem artística.
Contexto Sócio-Político Nacional (1970-1979)	
1970	Censo revela população brasileira em 92.237.570 habitantes.

	Implantação de cartões de crédito no Brasil, para público menos restrito.
1974	Emílio Garrastazu Médice deixa a presidência da República e é substituído por Gal. Ernesto Geisel.
1978	A vitória do MDB nas eleições em 1978 começa a acelerar o processo de redemocratização. O general João Baptista Figueiredo decreta a Lei da Anistia, concedendo o direito de retorno ao Brasil para os políticos, artistas e demais brasileiros exilados e condenados por crimes políticos. Os militares de linha dura continuam com a repressão clandestina. Cartas-bomba são colocadas em órgãos da imprensa e da OAB (Ordem dos advogados do Brasil).
1979	João Figueiredo assume a presidência da República
Contexto Artístico Cultural Internacional (1970-1979)	
1970	Surgimento da Body art, onde o corpo é usado como material da obra. Participaram da Body art Hermann Nitsch, Gunter Brus, Rudolf Schvazkogler, Giovanni Pisani e Vitor Acconci. Robert Smithson faz Espiral Jetty, considerada Land Art, vertente anglo-saxã da Arte Póvera. Firmam-se na música popular internacional Tina Turner, The Who, Emerson, Lake and Palmer, Elton John, o punk e Sex Pistols.
1971	Filmagem de A Laranja Mecânica, dirigida por Stanley Kubrick.
1972	Concluída, em dezembro, a restauração da Pietá, de Michelângelo sete meses após o ataque a marteladas por Lazlo Toth, australiano de origem húngaro. Arte Conceitual consolida-se com a apresentação de muitos trabalhos na Documenta 5 de Kassel.

1973	Andy Wahrol produz 10 retratos de Mao Tse-Tung.
1974	Christo tenta envolver a baía de Kingís Beach, em Massachussets com um tecido com 12.600 m2 e pesando 8 toneladas.
1976	A.R. Penk pinta N Complexo, em Colônia
1977	Morte de Elvis Presley.
Contexto Sócio-político Internacional (1970-1979)	
1970	Início da guerra do Cambodja, considerada pelos americanos uma extensão necessária da guerra do Vietnã. Conflitos em Belfast deixam 5 católicos mortos e 60 feridos.
1972	Domingo Sangrento deixa a Irlanda do Norte em estado de tensão por muitos meses. Grupo terrorista Setembro Negro espalha pânico na Vila Olímpica, em Munique, assassinando 11 israelenses
1973	Morte de Salvador Allende assinala o fim da democracia no Chile.
1974	IRA lança bomba na Inglaterra em um dos atentados mais sangrentos no país.
1975	Conflitos entre falangistas cristãos e guerrilheiros islâmicos intensificam-se no Líbano.
1977	Pol Pot sobe ao poder no Cambodja.
1978	Primeiro-Ministro italiano Aldo Moro é assassinado pelas Brigadas Vermelhas, em Roma.
1979	Início da luta armada entre URSS e Afeganistão. Na Nicarágua, sandinistas enfrentam o governo.
Contexto Artístico-Cultural Nacional (1980-1989)	

Data	Evento
1980	Criação da Fundação Pró-Memória, no Rio de Janeiro. Morre Vinícios de Moraes, em Ipanema.
1981	Contato entre homens da FUNAI e os araras, um dos mais arredios grupos indígenas do país. Inauguração do Memorial JK, em Brasília. I Exposição Internacional de ART-Door.
1982	Criação do Centro Cultural São Paulo. Criação do Grupo Casa 7, ateliê na casa nº7 do bairro de Cerqueira César, São Paulo. Exposição entre a Mancha e a Figura, no MAM-RJ. Exposição Miró, no MASP. Morre Elis Regina, em São Paulo.
1983	Projeto Arte na Rua veicula trabalhos artísticos na via pública. Posição Pintura como Meio, no MAC USP. Sala Especial da Bienal dedicada à arte e video texto. Exposição Brasil/Pintura, no Palácio das Artes, em Belo Horizonte.
1983	Exposição 3 X 4 Grandes Formatos, no Centro Empresarial, no Rio de Janeiro. Exposição Pintura Pintura, na Fund. Casa de Rui Barbosa, Rio de Janeiro.
	Exposição Tradição e Ruptura organizada pela Fundação Bienal de São Paulo. Exposição Como Vai Você, Geração 80?, no Parque Lage, Rio de Janeiro.

1984	Janeiro. Criação do Instituto Nacional de Fotografia, no Rio de Janeiro. Exposição Arte Xerox Brasil, em São Paulo.
1985	Pietro Maria Bardi recebe John Cage no MASP. Exposição Artecologia, no MAC USP.
1986	Exposição Nova Dimensão do Objeto, no MAC USP. Exposição Brasil High-Tech, no Centro Empresarial, Rio de Janeiro. Exposição Transvanguardas e Culturas Nacionais, no MAM-RJ. Exposição Território Ocupado, no Parque Lage, Rio de Janeiro. Criação das revistas Guia das Artes e Galeria, em São Paulo. Exposição Caminhos do Desenho Brasileiro, no MARGS, Porto Alegre.
1987	Exposição A Trama do Gosto, em São Paulo, organizada pela Fundação Bienal de São Paulo. Exposição Perspectivas Recentes da Escultura Contemporânea Brasileira, na FUNARTE, Rio de Janeiro.
1988	Popularização do disc laser no Brasil, com lançamento de centenas de títulos. Exposição A Mão Afro-Brasileira, organizada pelo MAM-SP. Exposição Missões 300 Anos - A Visão do Artista - promovida pelo Centro Cultural da UFRGS, Porto Alegre. Falecimento do pintor Alfredo Volpi, do diretor de cinema Joaquim Pedro de Andrade, do escritor Menotti del Picchia, das cantoras Aracy de Almeida e Linda Batista e do cartunista Henfil.

1989	Criação do Instituto Cultural Itaú, São Paulo. Criação do Centro Cultural Banco do Brasil, Rio de Janeiro. Criação do Memorial da América-Latina, São Paulo. Exposição Arte Contemporânea: Perspectivas Recentes, no Centro Cultural São Paulo.
Contexto Sócio-Político Nacional (1980-1989)	
1980	Papa João Paulo II visita o Brasil. Sindicalistas do ABC entram em confronto com o governo. Lula perde a presidência do Sindicato de São Bernardo, colocado sob intervenção.
1981	Presidente Figueiredo afasta-se da presidência por problemas de saúde e é substituído pelo civil Aureliano Chaves por quase dois meses. Bomba explode no estacionamento do Rio Centro, colocando o exército sob suspeita de envolvimento em ações terroristas.
1982	Inaugurada Usina de Itaipu, sob o custo do desaparecimento de Sete Quedas.
1988	Promulgação da nova Constituição brasileira contemplando mais direitos sociais e liberdades individuais. Exército invade usina de Volta Redonda, causando a morte de três operários. Greves de funcionários públicos federais, estaduais e municipais totalizam dois milhões de grevistas ao longo do ano.
Contexto Sócio-político Internacional (1980-1989)	
	A China afasta-se ainda mais da ortodoxia marxista trocando Deng

1980	Xiaoping e Hua Guofeng por Zhao-Ziyang. Pequim organiza o julgamento da Gang dos Quatro, que inclui a viúva de Mao, Jiang Qing. A Turquia promove golpe militar liderado pelo general Kenan Evren. Polônia se rebela contra a URSS e é fortemente reprimida. Guerra Irã-Iraque. Embaixadas são alvos terroristas: na Colômbia 45 pessoas são mantidas reféns na embaixada dominicana por 61 dias pelo M-19. Há ataques a embaixadas em El Salvador, na Guatemala, na Líbia, na Suíça. Morre o general Tito, na Iugoslávia, o xá Reza Pahlevi, no Cairo e o ditador Anastacio Somoza.
1981	O presidente Ronald Reagan sofre atentado a bala nos EUA. O papa João Paulo II sofre atentado a bala, em Roma. O presidente Anwar Sadat morre por ação de atentado no Egito.
1982	Invasão israelense no Líbano destrói parcialmente o país. Na URSS, fim da era Brejnev, substituído por Yuri Andropov. China ultrapassa um bilhão de habitantes. Exército Republicano Irlandês (IRA) explode bombas em Londres. Felipe Gonzalez, socialista moderado, é eleito presidente na Espanha.
1988	Ronald Reagan e Mikhail Gorbachev reapproximam URSS e EUA e reduzem corrida armamentista. George Bush eleito presidente dos EUA. Benazir Bhutto escolhida para primeira-ministra no Paquistão, torna-se a primeira mulher a comandar um país muçulmano.

	Corrida espacial tem novo impulso: URSS lança o Buran, ônibus espacial guiado por controle remoto e EUA vão ao espaço com o Discovery.
--	--

*Fonte: Museu de Arte Contemporânea de São Paulo. Disponível em <
http://www.mac.usp.br/mac/templates/exposicoes/exposicao_colecao/exposicao_colecao_contexto1980-89.asp>*

Após realizar a leitura destes fatos descritos no quadro cronológico acima podemos analisar como o Brasil vivia uma época de profundas mudanças em todas as áreas. A palavra de ordem na década de 1970 era ser a favor do regime militar ou contra. Só que ao contrário da democracia, na ditadura a esquerda não tinha direito de manifestação.

Assim, de acordo com Garcia (1982, p. 12-16), o governo do Brasil na época de ditadura militar (1964- 1985) implantou uma intensa campanha de propaganda ideológica para o convencimento de seus ideais. O carro-chefe do governo era a orientação produtivista e não os investimentos sociais, isso expunha os militares à impopularidade, por isso a necessidade de ações mais enérgicas, como a censura.

Procurando legitimar o regime, foi criado slogans, hinos, comerciais com intuito de gerar uma imagem positiva do governo. Assim, todas as ações positivas do governo eram divulgadas em todo o Brasil e firmavam-se como o país promissor. Os militares adotaram expressões como “Brasil grande”, “Milagre econômico”, “Pra frente Brasil” e “País do futuro”, que não apenas negavam a condição real do país, como promoviam o ufanismo (Garcia, 1982, p. 15).

A outra ponta do iceberg da ditadura militar era a repressão à cultura, principalmente após a publicação do Ato Institucional Nº 5 (AI-5) que dava totais poderes ao governo e retirava dos cidadãos todos os direitos, muitos cantores, compositores, atores e jornalistas foram “convidados” a deixar o Brasil. Todas as ideias que pudesse ser interpretadas como contrárias aos militares, mesmo não tendo conteúdo político, eram censuradas. Assim quem desobedecia era preso, seqüestrado, torturado e exilado.

Segundo Simis (1988), o governo militar do general Castello Branco era mais moderado com os artistas, não usurpando todos os seus direitos. Após 1968 o regime endureceu. Funcionários da Divisão de Censura de Diversões Públicas da Polícia

Federal se instalaram nas redações dos principais jornais e revistas, controlando tudo o que estava para ser publicado. Devido a censura, no lugar de notícias eram publicadas receitas de bolo e coisas do gênero. Vários teatros foram destruídos e outras dezenas de pessoas presas, torturadas e mortas.

Os grupos armados são a resposta da resistência à ditadura militar. Por todo país grupos armados, compostos por pais de família, estudantes, trabalhadores, donas de casa largam sua rotina para se engajar na luta política. Os grupos se escondiam onde podiam, para se manter e financiar suas ações de guerrilha assaltavam bancos. Geralmente essas pessoas eram detidas e interrogadas pelos militares. Assim por meio de tortura eles tentavam obter informações sobre suas atividades e a dos companheiros de militância. Esta prática desumana tornou-se rotineira para as autoridades ligadas ao governo militar (ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO, 1988;GASPARI, 2002)

Acompanhando este movimento de resistência estava a produção cultural. Os temas principais recorrentes eram algumas bandeiras das reformas de base de João Goulart, como a luta pela Reforma Agrária e pela justiça social. Como na música “Para não dizer que não falei das flores” de Geraldo Vandré, em contrapartida vinha o sucesso estrondoso de Jorge Benjor e seu ufanista “País Tropical”.

No cinema a produção nacional de resistência à ditadura praticamente deixou de existir nos anos de chumbo. Em 1979, Cacá Diegues lançou o filme Bye Bye Brasil com a idéia de mostrar metaforicamente, segundo palavras do próprio diretor, o sonho da passagem do Brasil “velho”, de ignorância pobreza e atraso cultural, para o “novo” Brasil, pujante, economicamente desenvolvimento, com justiça social e liberdade – existente apenas na propaganda oficial. O sonho se mostra irrealizável porque, para que o “novo” surja, o “velho” precisa deixar de existir. Este filme foi apoiado pelo órgão oficial de fomento ao cinema do governo militar, a Embrafilme.

De acordo com Labaki (1991/1998), o filme Sargento Getúlio (1983), do cineasta Hermano Penna enfoca principalmente a institucionalização da tortura pelo Estado como método de repressão à liberdade de pensamento e expressão. O ator Lima Duarte interpreta Getúlio, sargento da polícia incumbido de capturar um dissidente político no interior do estado e conduzi-lo à capital. No caminho, com o prisioneiro já capturado, Getúlio recebe a notícia que, devido a mudanças na política, o prisioneiro deveria ser libertado. Homem rude, de convicções arraigadas, Getúlio nega-se a cumprir as ordens porque se sente incapaz de se adaptar aos novos tempos. Na sua concepção, os políticos da capital são “uns frouxos, uns maricas”, enquanto ele, ao contrário, é um

bom soldado que não se deixa levar pelas mudanças ideológicas que influenciam a política.

O filme *Pixote, a Lei do Mais Fraco*, de Hector Babenco, foi lançado em 1981. Por meio do filme, Babenco mostra cruamente que, enquanto o governo militar permanecia obcecado pela idéia de transformar o Brasil em grande potência política e econômica e militar, uma parcela significativa da população brasileira permanecia entregue à miséria e ao desamparo (LABAKI, 1991/1998).

No restante da produção cinematográfica do período da ditadura militar, outros filmes foram produzidos como “*Lucio Flavio, passageiro da agonia*”, no entanto o restante do conhecido “cinema de resistência” explorava o erotismo, como as pornochanchadas produzidas na Boca do Lixo, em São Paulo, que afrontavam os padrões morais vigentes. Em uma tentativa de terem liberados pelo Governo Federal seus longas metragens, os cineastas da “Boca” inseriam cenas propositadamente censuráveis nos filmes. Os fiscais cortavam as cenas ditas inapropriadas e deixavam passar o restante.

Mas podemos destacar que os filmes que tinham cunham social, produzidos na época, foram fundamentais para o fomento da ideologia esquerdista. Alguns cineastas durante a ditadura militar tentaram legitimar o discurso do cidadão consciente de seus direitos. A propaganda ideológica fortemente citada na formação deste imaginário coletivo de resistência propunha reflexões e apontava caminhos de mudança. Caso este representado também no documentário “*Jango*” de Silvio Tendler, onde veremos a seguir.

2. Jango

Jango - Como, quando e porque se derruba um presidente é um filme documentário brasileiro dirigido por Sílvia Tendler e lançado em março de 1984. O filme mostra um Brasil antes da ditadura, produzido no período da ditadura e lançado em plena redemocratização.

Estes fatores por si só já trazem a riqueza deste documentário. Escrito por Maurício Dias e Sílvio Tendler, a trilha-sonora é de Milton Nascimento e Wagner Tiso, a montagem de Francisco Sérgio Moreira e a os produtores associados são Denise Goulart (filha do ex-presidente) e Hélio Paulo Ferraz.

O filme bateu recordes e levou mais de meio milhão de espectadores às salas de cinema, tornando-se o sexto documentário de maior bilheteria da história do cinema brasileiro. Ele sobreviveu em forma de DVD que ainda hoje é comercializado e apartir do qual tivemos a motivação empírica para a construção desta dissertação. O primeiro e o quarto filmes da lista também foram dirigidos por Tendler: O Mundo Mágico dos Trapalhões, com um milhão e 800 mil espectadores, e Anos JK, com 800 mil espectadores.

Narrando a trajetória política de João Goulart, o 24º presidente brasileiro, que foi deposto por um golpe militar nas primeiras horas de 1º de abril de 1964. Goulart era popularmente chamado de "Jango", daí o título do filme, lançado exatos vinte anos após o golpe. A reconstituição da trajetória de Goulart é feita através da utilização de imagens de arquivo e de entrevistas com importantes personalidades políticas como Afonso Arinos, Leonel Brizola, Celso Furtado, Frei Betto e Magalhães Pinto, entre outros. O sugestivo slogan do filme foi "Como, quando e por que se derruba um presidente".

O documentário captura a efervescência da política brasileira durante a década de 1960 sob o contexto histórico da Guerra Fria. Jango narra exaustivamente os detalhes do golpe e se estende até os movimentos de resistências à ditadura, terminando com a morte do presidente no exílio e imagens de seu funeral, cuja divulgação foi censurada pelo regime militar.

Portanto “Jango” é apresentado como um mito – mártir, que reconstrói o imaginário da esquerda e do político rico, mas comprometido com os pobres. O filme ainda mostra outro imaginário, contraponto o da justiça social, onde a classe dominante da época, o da direita, sustentou o golpe militar para livrar o Brasil do comunismo, do atraso.

Quadro 5 - Ficha Técnica

Ficha de Informações do Filme	
Título	Jango
Duração	115 min e 0 seg.
Ano	1984
Cidade	Rio de Janeiro
UF(s)	Rio de Janeiro
País	Brasil
Gênero	Documentário
Ficha Técnica	
Direção	Silvio Tendler
Roteiro	Silvio Tendler
Assistente de Direção	José Olívia Jr.
Elenco	Narração: José Wilker Depoimentos : Afonso Arinos, Aldo Arantes, Antonio Carlos Muricy, Bocayuva Cunha, Celso Furtado, Denize Goulart, Francisco Julião, Francisco Teixeira, Frei Betto, Gregório Bezerra, Leonel Brizola, Marcos Sá Correa, Magalhães Pinto, Maria Vitória Benevides, Raul Ryff,
Empresa(s) Co-produtora(s):	Caliban Produções Cinematográficas LTDA
Direção de Produção	Cássia Araújo
Coordenação de Produção	Maria Muricy
Direção Fotografia	Lucio Kodato
Fotografia de Cena	Não
Montagem/Edição	Francisco Sérgio Moreira
Técnico de Som	Geraldo Ribeiro

Direto	
Estúdio Som	Rob Filmes
Trilha Musical	Não
Trilha Original	Não
Descrições das Trilhas	Música: Milton Nascimento e Wagner Tiso
Dados Técnicos	
Suporte de Captação	Informação não disponível
Suporte de Projeção	Informação não disponível
Janela de projeção de película	1:1.85
Janela de projeção de vídeo	Informação não disponível
Produto Final do Telecine	Informação não disponível
Disponível nos Suportes:	Vídeo (DVD)
Som	Stereo
Classificação Indicativa	12 anos

Fonte: Programadora Brasil – Filmes brasileiros de todas as épocas.

Disponível em <<http://www.programadorabrasil.org.br/filme/393/>>

Quadro 6 – Prêmios

Premiação	Ano
Troféu Margarida de Prata	da CNBB (1984)
Prêmio especial do júri, prêmio do	(1984)

público e de melhor trilha-sonora do Festival de Gramado	
Prêmio especial do júri no Festival de Havana	(1984)

Fonte: História do Cinema Brasileiro disponível em

<<http://www.historiadocinemabrasileiro.com.br>>

3. O diretor Silvio Tendler

Silvio Tendler nasceu no Rio de Janeiro em 1950. Nos anos de 1980 foi reconhecido como um dos melhores documentarista brasileiro. Segundo ele mesmo gosta “de fazer filme de gente morta”, por isso tornou-se conhecido como "o cineasta dos vencidos" ou "o cineasta dos sonhos interrompidos" por abordar em seus filmes personalidades como Jango, JK, Carlos Marighella. Tendler que já produziu cerca de 40 filmes, entre curtas, médias e longas-metragens. Em 1981 fundou a Caliban Produções Cinematográficas Ltda., produtora direcionada para biografias históricas de cunho social. A maioria dos seus filmes resgata a memória brasileira.

Silvio é detentor das três maiores bilheterias de documentários na história do cinema brasileiro: "O Mundo Mágico dos Trapalhões" (1 milhão e 800 mil espectadores), "Jango" (1 milhão de espectadores) e "Anos JK" (800 mil espectadores).

A riqueza da contextualização histórica de seus filmes é inegável. Por exemplo os longas "Jango" e "Anos JK", apesar de falarem sobre o golpe militar de 1964 e a democracia, foram lançados ainda em plena ditadura militar, em 1984 e 1980 respectivamente. A partir de então, continuou produzindo uma série de documentários que conquistaram diversos prêmios de público e crítica, divulgando a cultura e a história brasileira para o resto do mundo.

Em 2005 Tendler recebeu o Prêmio Salvador Allende no Festival de Trieste, Itália, pelo conjunto da obra. Em 2008, foi homenageado no X Festival de Cinema Brasileiro em Paris, com uma retrospectiva de seus filmes. Ainda neste ano, foi condecorado com a Medalha Tiradentes, da Assembléia Legislativa do Rio de Janeiro, por relevantes

serviços prestados à causa pública do Estado. Em uma entrevista concedida na sua residência no Rio de Janeiro, Silvio Tendler comenta sobre o filme Jango.

Em entrevista a autora deste trabalho, Silvio Tendler conta que João Goulart não tinha pretensão de se tornar um mito, pois não possui este tipo de envergadura. No entanto as lutas sociais foram seu grande marco e que a mídia não destacou: “Sempre achei que ele foi injustiçado. E que a mídia sempre passou a imagem de incompetente, no filme tento mostrar o outro lado dele. Havia vários interesses obscuros em derrubar o Jango, banqueiros, latifundiários e outros” (TENDLER, 2011)⁹



Figura 3 – *Silvio Tendler no seu apartamento no Rio de Janeiro – Crédito: Rose Vidal*

⁹ Entrevista concedida a autora do trabalho, documento na íntegra em anexo.

4. A construção imaginária no documentário Jango

O filme Jango é uma remontagem dos fatos que antecederam sua deposição pelo golpe de 1964. Silvio Tendler começa o longa na viagem de Jango a China, quando foi pego de surpresa pela notícia da renúncia do presidente Jânio Quadros. A partir daí vai-se desenrolando uma narrativa exploratória, entremeada de depoimentos de personalidades da época que testemunharam seu governo.

O cerne do documentário está cravado nas lutas sociais lideradas por João Goulart. Relatando sua biografia desde o ingresso precoce na política do Rio Grande do Sul até o desfecho trágico com sua morte no Uruguai. A narrativa menciona a aproximação de Jango com Getúlio Vargas, como seu articulador no segundo mandato e posteriormente como Ministro do Trabalho do seu governo. Aqui é claro a intersecção da busca pelo honorífico, citado por Veblen (1983), onde o homem persiste com muita força a distinção teórica arcaica do troféu. Se ele não o possui é vantajoso estar ao lado de quem o possui. Com relação à ascendência de Goulart em ter uma família abastarda oriunda do Rio Grande do Sul, pode-se remeter ao pensamento de Veblen que pontua esta situação como um sinal específico da classe ociosa, que por si já nasce com o papel de liderança na sociedade e que servirá de espelho para os mais pobres um dia serem como eles.

Tanto o ócio como a propriedade são elementos da estrutura social, são fatos convencionais [...] Não se deve esquecer naturalmente que, numa comunidade em que praticamente todos os bens são de propriedade privada, a necessidade de ganhar a vida é um incentivo poderoso e onipresente para os seus membros mais pobres [...] A propriedade surgiu e se tornou uma instituição humana sem relação com o mínimo de subsistência. O incentivo dominante desde o início foi a distinção odiosa ligada à riqueza; exceto temporária e excepcionalmente, nenhum outro motivo se lhe sobrepôs em qualquer estágio posterior de desenvolvimento (VEBLEN, 1983, p. 15-17).

Frases de efeito do narrador José Wilker por exemplo: “Jango propunha o fim da fome e da miséria num país em que a injustiça sempre foi o lado obscuro da democracia” (JANGO, 1984, 117min). Nesta parte quase não existe trilha sonora no filme, apenas narração e imagens que retratam o discurso de Jango em defesa da democracia e da justiça social. Esta imagem de “salvador da pátria” e o arquétipo de

herói é recorrente em todo o documentário. Segundo Jung (2008) dentro do inconsciente coletivo existem estruturas psíquicas ou arquétipos que funcionam como uma espécie de canalizador do material psicológico. Como fôrmas pré-moldadas. Nosso inconsciente coletivo na área da política, principalmente quando o país não vai bem, “persegue” o candidato que mais se assemelha ao que vai restabelecer a harmonia econômica e social para aquele povo. Assim aconteceu com Vargas e depois com Goulart que conseguiu a simpatia das massas operárias.

Os entrevistados do documentário em voga compõem uma história linear e subjetiva da visão do autor, ressaltando a imagem de Jango como um possível sucessor de Getúlio Vargas e JK. Em quase todo o filme, Jango aparece sorrindo com crianças em volta e ao lado da população trabalhadora, com um discurso sempre voltado para os operários. Somente no penúltimo *take*¹⁰, quando começam as imagens sobre o golpe e o início da ditadura é que Jango muda sua feição, passando a ter um rosto compenetrado e triste. A partir daí nota-se a importância da persuasão e da propaganda ideológica aliada à retórica. “Desse modo é evidente que se a política necessita de uma *ars* ou *téchné* – isto é, de uma destreza que a auxilie na consumação dos seus propósitos, normalmente não recorre a poética, mas a retórica”. É mais civilizado resolver os “problemas pela força do discurso do que pela força bruta” (GOMES, 1995, p.73).

A partir daí a música “Coração de estudante” de Milton Nascimento, em versão instrumental é ouvida, sem narração, apenas com as imagens de Goulart em sua granja em São Borja (RS), com cabeça baixa, caminhando sozinho numa estrada cheia de árvores em volta. Com base nesta observação, faz-se uma ponte entre esta cena do filme e a afirmação de Castoriadis (1995) que diz que em todas as sociedades existe uma representação de si mesma com “alguma coisa”. A exemplo do povo brasileiro que tem uma identidade hospitaleira e emocional. Conforme esta cena descrita acima o imaginário coletivo é de melancolia e de tristeza. A simbologia é em torno de um líder abandonado injustamente por cuidar do povo (CUNHA, 1997, p. 1).

A seqüência do longa metragem fica por conta de outros exilados e mortos pela ditadura na América Latina, incluindo Che Guevara e o senador chileno Salvador

¹⁰ Take é uma palavra em inglês que significa Tomada. Em cinema e audiovisual, é um trecho de filme ou vídeo rodado ininterruptamente. Neste sentido, confunde-se com a idéia de plano. Mas tanto os profissionais quanto os teóricos de cinema identificam claras diferenças entre os conceitos de plano e tomada.

Allende. As cenas de Che morto tem a duração de quase 5 minutos. Após isto, as imagens são da violência na ditadura, estudantes espancados, passeatas e a história dos atos institucionais nº 2¹¹ e nº 5¹². A sensação é de agonia e de injustiça. O simbolismo contido nestes *takes* é carregado de ideologia e referências de dor e angústia. O imaginário descrito neste filme não é apenas a cópia do real, o seu viés simbólico amplia os sentidos em imagens expressivas. “O real não é só um conjunto de fatos que oprime, ele pode ser reciclado em novos patamares” (DENIS, 1994, p.39).

A rede imaginária possibilita-nos observar a vitalidade histórica das criações dos sujeitos – isto é, o uso social das representações e das idéias. Os símbolos revelam o que está por trás da organização da sociedade e da própria compreensão da história humana. A sua eficácia política vai depender da existência daquilo que Backzo chama de *comunidade de imaginação* ou *comunidade de sentido*. As significações imaginárias despertadas por imagens determinam referências simbólicas que definem, para os indivíduos de uma mesma comunidade, os meios inteligíveis de seus intercâmbios com as instituições. Em outras palavras: a imaginação é um dos modos pelos quais a consciência apreende a vida e a elabora. A consciência obriga o homem a sair de si mesmo, a buscar satisfações que ainda não encontrou (MORAES, 1994, p.39).

A seguir aparece Jango no exílio no Uruguai. O narrador diz: “O presidente não conseguia nem se animar com o aniversário da própria filha”, a cena é coberta por um close em uma foto de aniversário de sua filha Denize Goulart. A câmera sobe e mostra um Jango novamente triste e com a cabeça baixa. Mais uma vez o filme chama a atenção para o sofrimento do ex-presidente. Esta cena pode ser entendida como artifícios do marketing político, misturando propaganda política, imaginário coletivo, persuasão e ideologia, todos unificados como o magma dos arquétipos, da mitologização, do simbolismo e estereótipos. A estratégia dos benefícios emocionais/psicológicos é uma mensagem dirigida diretamente aos sentimentos do consumidor. Segundo Queiroz (2007), este benefício é alcançado mediante a associação

¹¹ O Ato Institucional Número Dois, ou AI-2, foi baixado em 27 de outubro de 1965 como resposta aos resultados das eleições que ocorreram no início deste mês. Seguindo a estratégia delineada pelos militares anteriormente a 31 de março de 1964, foi necessária a edição de mais um Ato Institucional, pois a Constituição de 1946 não era compatível com o regime de exceção que estava sendo adotado. É destacável a eleição de Israel Pinheiro ao governo de Minas Gerais, assim como a vitória de Negrão de Lima na eleição da Guanabara.

¹² O Ato Institucional Nº5 ou AI-5 foi o quinto de uma série de decretos emitidos pelo regime militar brasileiro nos anos seguintes ao Golpe militar de 1964 no Brasil. O AI-5 sobrepondo-se à Constituição de 24 de janeiro de 1967, bem como às constituições estaduais, dava poderes extraordinários ao Presidente da República e suspendia várias garantias constitucionais.

do candidato com alguma satisfação emocional/psicológica. Assim o telespectador ao assistir a esta cena acima citada sente-se “tocado” emocionalmente e a simpatia por Jango aumenta.

O filme ressalta ainda que o populismo de Getulio Vargas passou a ser símbolo da política de manipulação de massas, e aqueles que herdaram os principais aspectos do varguismo eram vistos com maus olhos por grande parte da elite nacional, que tinha aversão à ampliação da democracia brasileira e à inserção da classe trabalhadora no jogo político. Como relatado no capítulo I deste trabalho o simbolismo em torno do populismo é um fato consumado. São dois imaginários em torno dos governos populistas: o de paternalista e o de estar ao lado do povo. A discussão é extensa e não cabe nesta pesquisa definir ou optar por esta ou aquela conceituação. No entanto, de acordo com o filme o sentido de populismo tem o sentido de “estar ao lado do povo”, conforme confirmado pelo próprio diretor Silvio Tendler em entrevista transcrita neste capítulo.

Após seguir os passos de Vargas, as virtudes de Goulart seriam reconhecidas. Ele foi eleito duas vezes para vice-presidente. No documentário há um grande destaque para a preocupação com o povo, que o filme afirma ser maior que a preocupação pessoal. “Não me importo em cair, mas caio de pé. Eu preciso realizar essas reformas” (JANGO, 1984, 117min). A observação das classes sociais em evidência faz parte da propaganda política e ideológica. Segundo Garcia (1982) uma classe social se constitui de pessoas que ocupam um mesmo espaço no plano de produção econômica. No sistema capitalista a sociedade é dividida em dois blocos fundamentais: os trabalhadores e os patrões. Os operários entram com a força do seu trabalho e ganham apenas para sobreviver, enquanto os patrões administram o dinheiro e o poder. Assim a classe menos favorecida é apenas sujeita a decisões tomadas pela segunda classe, onde se enquadram também os órgãos governamentais. A vantagem do patronato é deter o capital, as terras, as máquinas e as ferramentas, garantindo assim o sucesso sobre esses órgãos e maior influência sobre eles, já que os mesmos ajudam a financiar vários projetos.

Ainda de acordo com Garcia (1982) os limites que definem os espaços das classes sociais não são estáticos, nem eternos. Uma classe ou apenas um grupo contido nela pode ampliar seu campo de ação. O número de trabalhadores é um exemplo disto, o próprio sistema capitalista exige uma maior demanda de mão-de-obra. Outro fator que

interfere diretamente nas classes sociais é a qualificação profissional. Com os avanços tecnológicos o mercado exige cada vez mais trabalhadores qualificados, assim, conseqüentemente, o nível intelectual da massa proletária avança podendo compreender melhor sua situação e perceber a contradição entre o baixo nível salarial e os altos lucros das empresas. Com isso o diálogo entre esta classe vai gerar um movimento organizado, dando origem a sindicatos ou mesmo partidos políticos. Como pensou Marx:

Os comunistas diferenciam-se dos outros partidos proletários apenas em dois pontos: de uma parte, nas diversas lutas nacionais dos proletários, fazem prevalecer os interesses da nacionalidade; de outra parte, nos diversos estágios de desenvolvimento da luta entre proletariado e burguesia, representam sempre o interesse do movimento geral (MARX, 1996, p.75)

A percepção de Goulart para esta classe de operários foi vital para sua consolidação política. As longas imagens contidas no filme (analfabetos, trabalhadores rurais e operários) sem narrativa e sem trilha sonora se transformam em discurso ideológico.

A primeira delas é do comercial exibido pela televisão IPES (Instituto de Pesquisa e Estudos Sociais) fundado pelo general Golbery do Couto e Silva, prócer do golpe e ideólogo do governo militar. Em outra, são inseridas cenas do filme ‘Encouraçado Potemkin’, de Sergei Eisenstein, com imagens da revolta dos marinheiros de 1917 (D’ALMEIDA, 2006, p. 7)

O final do filme é dramático. O enterro do estudante Edson Luís, morto pela ditadura, a cena com a multidão pedindo justiça, e o fechamento do Congresso é a próxima sequência que daria espaço para o fulminante ataque cardíaco de João Goulart no Uruguai. Novamente, agora moça, a sua filha Denize Goulart, diz que o maior sonho do pai era voltar ao seu país. Os carros atravessando a ponte em direção ao Brasil sugerem que ele voltou, só que morto. “Imagens do túmulo do ex-presidente encerra o documentário com um poema do compositor Fernando Brant.

Os acontecimentos daqueles dias,
ainda estão claros na memória:
fechado no escuro do quarto,
querendo fugir do mundo
que me chegava pelo rádio,
eu, pouco mais que um menino,
chorava, como se fosse morte
a viagem-fuga do Presidente Jango.
Os anos passados, a maturidade
e a vis.,o di-ria da injustiça e do ódio,

da opressão, da mentira e do medo,
me levam agora, adulto,
em nome da verdade e da história,
a reafirmar o menino:
as lágrimas derramadas em 64
continuam justas (BRANT, 1980)

Fernando Brant, Milton Nascimento e Vagner Tiso estiveram entre as principais figuras da campanha pela redemocratização no país no início dos anos 1980.¹³

O filme de Tendler funcionou como instrumento de contrapropaganda política, já explicitado anteriormente, conforme Domenach. Garcia compartilha esta idéia. “Quando não conseguem obter monopólio das informações através do controle ideológico, os grupos procuram neutralizar as idéias contrárias através da contrapropaganda (Garcia, 19982, p. 60).

A discussão de um tema que incomodava o regime militar na época funcionava como esclarecimento as novas gerações e estímulo cultural àqueles participavam intensamente dos movimentos políticos que posteriormente acabariam com a ditadura militar no Brasil. Os números de público do documentário Jango, tanto no circuito comercial como em cinecluber de estudantes de diretórios acadêmicos confirmam a oportunidade de realização do filme. O sucesso que obteve com o público o transformou num instrumento de contestação do regime militar.

¹³ Diretas Já foi um movimento civil de reivindicação por eleições presidenciais diretas no Brasil ocorrido em 1983-1984. A possibilidade de eleições diretas para a Presidência da República no Brasil se concretizou com a votação da proposta de Emenda Constitucional Dante de Oliveira pelo Congresso. Entretanto, a Proposta de Emenda Constitucional foi rejeitada, frustrando a sociedade brasileira. Ainda assim, os adeptos do movimento conquistaram uma vitória parcial em janeiro do ano seguinte quando seu principal líder, Tancredo Neves, foi eleito presidente pelo Colégio Eleitoral.

CONCLUSÃO

Jango teve sua vida marcada por dois grandes mitos, trabalhou nos governos de JK e Getúlio Vargas. A herança populista marcada e enfatizada no filme de Silvio Tendler resgata a tentativa de se tornar também um mito. Assim como um produto, o candidato é apresentado ao seu eleitorado. No caso de Goulart, mesmo depois de morto, sua imagem foi reconstruída no filme, que bateu recordes de audiência. O marketing político trabalha exaustivamente isso conforme podemos verificar ao longo deste trabalho, desde os tempos da segunda guerra mundial até a indústria cinematográfica hollywoodiana.

A aproximação de Goulart com os sindicatos de trabalhadores urbanos, que era uma orientação de Vargas, garantiu-lhe uma base sólida de sustentação tanto para conferir-lhe legitimidade na arena política, quanto serviam como foco irradiador de propaganda e aliciador de militantes, mas também lhe rendeu oposição da classe dominante alimentada pelo imaginário do subversivo, citado durante este trabalho. Os trabalhadores foram o grande alvo das iniciativas persuasivas em todos os âmbitos da comunicação –midiática massiva e/ou inter-pessoal.

No Brasil do século XX, ocorreram pelo menos três momentos de aproximação entre as técnicas da propaganda política fascista e governos/governantes dos respectivos períodos: no Estado Novo, com Getúlio Vargas; na ditadura de 1964-1985, com os governos militares; e, mais recentemente, no anos 1990, com Fernando Collor de Melo. Se, por um lado, Getúlio Vargas criou a figura do ‘marmiteiro’, trabalhador que levava de comida de casa para o trabalho, e através desta imagem mandou cunhar milhares de broches de lapela para distribuir em suas campanhas eleitorais (...) A exploração de símbolos abstratos e fortes, como “marmiteiros” e “marajás”, surge na esteira de criações das imagens do fascismo, como se fossem os camisas-pretas a serviço de Mussolini para espancar, inspirar ódio pelo diferencial que representavam (QUEIROZ, 2004, p.66).

Outra estratégia de simbologia do governo de João Goulart foi às reformas de base. Como o sucesso das leis trabalhistas, enquanto estava como Ministro do Trabalho, no governo de Vargas, deu impulso a Jango continuar a luta por essa bandeira. O grande problema, segundo o filme de Tendler, é que Goulart não tinha espírito de liderança, nem era tão forte politicamente como JK e Vargas. E um mito se constrói com vários ingredientes, como dito anteriormente.

Os ataques constantes de seus adversários surtiram efeito e Jango não teve “pulso” o suficiente para manter a postura de “herói” e “pai dos pobres”, imagem esta que o ex-presidente da República, Luiz Inácio Lula da Silva incorporou tão bem, décadas depois. O propagandista frequentemente procura influenciar seu público pela substituição de termos favoráveis ou desfavoráveis, com uma conotação emocional. Ao invés de ser conhecido como o sucessor do “pai dos pobres”, os adversários de Jango divulgavam o nome de “vermelho” para comunista e subversivo, ou mesmo, comedor de criancinhas.

A dedução dessas diferenças não-existentes e o exagero do significado de pequenas diferenças de fatos existentes culminaram no fracasso político de Jango. O filme sobre sua vida política, apesar de tentar mistificar, apresenta estes fatores.

O documentário de Tandler reconstrói a imagem de João Goulart sob o olhar de uma tendência política – a esquerda intelectualizada- em um mito. É interessante frisar que João Goulart já estava morto e já havia passados 20 anos de sua deposição, o documentário Jango sustenta a oposição a um regime em decadência e o apoio ao processo de redemocratização. Assim a mitologização encravada no filme sustenta também um sentido de identidade às pessoas que o assistem, viabilizando o pertencimento ao movimento anti ditadura. “As mitologias acabam ajudando as pessoas a entenderem quem elas são. O sentido da identidade torna-se cada vez mais importante nesse mundo moderno onde é muito fácil perder o rumo. As pessoas precisam sentir-se arraigadas e espiritualmente centradas” (RANDAZZO, 1996, p.82-83).

Apesar de João Goulart não ter conseguido a mistificação (em vida), o documentário de Tandler, demonstra que os filmes refletem as correntes e atitudes existentes numa determinada sociedade. O cinema é afetado pelo contexto político, social e econômico da época e a visão do seu diretor é inconsciente ou consciente, exposta ou escondida no roteiro do longa metragem.sobre

O cineasta Silvio Tandler insere-se no panorama contemporâneo da produção de reflexão sobre a política no Brasil com um conjunto de obras que perpassam os ex-presidentes, João Goulart, JK e Jânio Quadros absolutamente necessárias a todos aqueles que se interessem pelo desenvolvimento e aperfeiçoamento do Marketing Político no Brasil. Visto com os olhos de hoje o filme Jango é o retrato objetivo de uma época de lutas que culminaram com a consolidação do processo democrático no Brasil e

deixaram pra trás as longas noites de uma ditadura que não se pensa mais em ter no nosso país. Com narrativa detalhada daquele período Tandler prenuncia a chegada dos novos tempos do Brasil democrático.

Com a leitura crítica que desenvolvemos a partir deste filme deixamos nossa contribuição ao projeto de pesquisa “Propaganda Política no Brasil Republicano” da UMESP, com a expectativa que outros autores enxerguem no cinema uma forma de manifestação igualmente importante como tem sido até aqui o jornalismo impresso, o rádio, a televisão e mais recentemente a internet. O cinema tem uma contribuição histórica relevante para a difusão da propaganda política no Brasil contemporâneo como demonstrei ao longo da nossa pesquisa.

FILMOGRAFIA

JANGO – Como, quando e porque se depõe um presidente da República. Direção de Sílvio Tendler. Roteiro de Sílvio Tendler. Texto de Mauricio Dias. Produção de Denize Goulart e Hélio Paulo Ferraz. Rio de Janeiro: Caliban Produções, 1984. DVD (117 min), son., p&b, color

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

ALMEIDA, Alberto Carlos. **Os gabinetes parlamentaristas.** Disponível em <http://cpdoc.fgv.br/producao/dossies/Jango/artigos/NaPresidenciaRepublica/Os_gabinetes_parlamentaristas>. Acesso em 13 de abr de 2011.

ARQUIDIOCESE DE SÃO PAULO. **Brasil: nunca mais.** 21. ed. Petrópolis: Vozes, 1988.

BANDEIRA, Moniz. **O governo João Goulart: as lutas sociais no Brasil (1961-1964).** 4ª Ed. Rio de Janeiro. Civilização Brasileira, 1978.

BACZO, Bronislaw. **A imaginação social** In: Leach, Edmund et Alii. *Anthropos-Homem.* Lisboa Nacional/Casa da Moeda, 1985

BARDIN, Laurence. **Análise de Conteúdo,** Edições 70, Lisboa –Portugal, 1977

BARTHES, Roland. **Mitologias.** 4. ed. Rio de Janeiro: Difel, 1980.

BERNARDET, Jean-Claude. **O que é cinema.** 3ª Ed. São Paulo: Brasiliense, 1981.

_____. **Cineastas e Imagens do povo.** São Paulo: brasiliense, 1985.

_____; RAMOS, Alcides Freire. **Cinema e história do Brasil.** São Paulo: Ed. Contexto, 1988.

BEZERRA, Ada Kesea Guedes; LIMA, Elizabeth Christina de Andrade. **A produção de mitos na política: a imagem pública de Lula no cenário midiático.** *BOCC – Biblioteca On-line de Ciências da Comunicação,* Covilhã, p. 1-29, 2008. Disponível

em: <<http://www.bocc.uff.br/pag/bocc-bezerra-a-producao.pdf>>. Acesso em: 20 de junho de 2009.

BOLSA Família. Disponível em <<http://www.mds.gov.br/bolsafamilia/>>. Acesso em: 24 jun. 2009.

BIBLIOGRAFIA, **João Goulart de. Presidentes do Brasil**. Disponível em <http://www.netsaber.com.br/biografias/ver_biografia_c_437.html>. Acesso em: 09 out 2008.

BROWN, J.A.C. **Técnicas de Persuasão** - Da propaganda à lavagem cerebral. Trad. Octavio Alves Velho. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 1976.

BURKE, Peter. **A Fabricação do Rei** – A construção da imagem pública de Luís XIV. Rio de Janeiro. Jorge Zahar Ed.: 1994.

CAMPBELL, Joseph; MOYES, Bill. **O poder do mito**. São Paulo: Palas Athena, 1990.

CASTORIADIS, Cornelius. **A instituição imaginária da sociedade**; 3.ed. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1995.

CUNHA, Magali do Nascimento. *A noção de imaginário por Corbelius Castoriadis*. Extraído do capítulo I dissertação de mestrado em Memória Social e Documento pela Universidade do Rio de Janeiro intitulada **Crise, Esquecimento e Memória. O Centro Ecumênico de Informação e a construção da identidade do Protestantismo Brasileiro**; Rio de Janeiro, 1997.

D'ALMEIDA, Alfredo Dias. **De Jango, de Sílvio Tendler, a Salvador Allende, de Patricio Guzmán, o documentário como ferramenta para a construção de memórias adormecidas**. Artigo apresentado no UNESCO - Congresso Multidisciplinar de Comunicação para o Desenvolvimento Regional. 2006. Disponível em < <http://encipecom.metodista.br/mediawiki/images/c/cd/GT5- CELACOM- 06- De Jango- Alfredo.pdf> >. Acesso em 03 de fev de 2011.

DELEUZE, Gilles. **Conversações**. Rio de Janeiro: Ed. 34, 1992.

DOMENACH, Jean-Marie. **A Propaganda Política**; E-book. Disponível em <<http://www.ebooksbrasil.org/eLibris/proppol.html>> 1963

DORIN, Lannoy. *Psicologia geral*. São Paulo: Livraria Iracema, 1987.

DURAND, Gilbert. **As estruturas antropológicas do imaginário**. São Paulo: Martins Fontes, 1997.

ESCOSTEGUY, Diego. **O desafio dos dois Brasis**. *Veja*, São Paulo, 1 nov. 2006. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/011106/p_066.html>. Acesso em: 8 jun. 2009.

- FERREIRA, Marieta de Moraes. **As reformas de base** - Governo versus Congresso. In Centro de Pesquisa e Documentação de História Contemporânea do Brasil. A trajetória política de João Goulart: na presidência da República. Disponível em: <<http://www.cpdoc.fgv.br/comum/htm/index.htm> > Acesso em: 13 abr. 2011.
- GALINDO, Daniel dos Santos. **O sagrado na passarela**. *Estudos de Religião*: Revista do Programa de Pós-Graduação em Ciências da Religião da Universidade Metodista de São Paulo, São Bernardo do Campo, ano XXI, n. 32, p. 60-76, 1º semestre - 2007.
- GARCIA, Nelson Jahr. **O que é propaganda ideológica**. São Paulo: 10ª Ed. Brasiliense. 1982
- GASPARI, Élio. **A ditadura envergonhada**. São Paulo: Cia das Letras, 2002.
- GIRARDET, Raoul. **Mitos e mitologias políticas**. São Paulo: Companhia das Letras, 1987.
- GOMES, Ângela de Castro. **O vice de Juscelino Kubistchek**. Disponível em: <http://www.cpdoc.fgv.br/nav_jgoulart/htm/3Vice_presidente_JK/O_vice_de_JK.asp>. Acesso em: 10 fev 2010.
- GOMES, Wilson. Theathrum **Politicum: a encenação política na sociedade dos mass mídias**. In A Encenação dos Sentidos – Mídia, Cultura e Política. Rio de Janeiro: 1995.
- HOPKINS, Claude. **A ciência da propaganda**. São Paulo: Cultrix, 1966.
- JUNG, Carl Gustav. **Os arquétipos e o inconsciente coletivo**. Petrópolis: Vozes, 2008.
- _____. **O Homem e seus símbolos**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 2008.
- JUREMA, Abelardo. **Juscelino e Jango**, PSD e PTB. Rio de Janeiro: Artenova, 1979.
- LABAKI, A. **O Cinema dos Anos 80**. São Paulo: Brasiliense, 1991
- _____. **O Cinema Brasileiro**: de o Pagador de Promessas à Central do Brasil. São Paulo: Publifolha, 1998.
- LAPLANTINE, Francois & TRINDADE, Liana. **O que é imaginário**. 1.ed. São Paulo: Brasiliense, 1996.
- LIMA, Marcelo O. Coutinho. **Marketing eleitoral**. E-Book, 2002. Disponível em <<http://midiaexterna.wordpress.com/2008/05/21/marketing-eleitoral-por-marcelo-o-coutinho-de-lima/>>
- MATTOS, S. **Censura de guerra**, da Criméia ao Golfo Pérsico. Salvador: Sind. dos Jornal. Profis. da Bahia, 1991. 51 p.
- MARX, Karl. **O capital** – Crítica da Economia Política - Volume I – Livro Primeiro – O processo de produção do capital. São Paulo: Editora Nova Cultural, 1996.

MORAES, Denis de. **O imaginário vigiado**. A imprensa comunista e o realismo socialista no Brasil (1947-53). Rio de Janeiro: José Olympio, 1994.

MORIN, Edgar. **O cinema ou o homem imaginário**. Lisboa: Moraes Editores, 1970.

NICHOLS, Bill. **Introdução ao documentário**. Campinas, SP: Papirus, 2005

PEREIRA, Wagner Pinheiro. **Cinema e propaganda política no fascismo, nazismo, salazarismo e franquismo**. In Revista História: Questões & Debates, Curitiba, n. 38, p. 101-131, Editora UFPR: 2003

PICOLIN, João Carlos. **As Metas e o Plano: Juscelino para presidente do Brasil – As estratégias de comunicação política que ajudaram a eleger JK em 1955**. Dissertação (mestrado em Comunicação Social). Universidade Metodista de São Paulo. São Bernardo do Campo-SP: Umesp, 2001.

PINHEIRO, L.A. JK, **Jânio e Jango**: três jotas que abalaram o Brasil. Brasília: Letrativa, 2001.

POPULISMO. Disponível em: <<http://www.suapesquisa.com/historia/dicionario/populismo.htm>>. Acesso em: 10 jun. 2009.

POPULISMO: **Getúlio Vargas**: exemplo de populismo brasileiro. Disponível em <<http://www.suapesquisa.com/historia/dicionario/populismo.htm>>. Acesso em: 10 out 2008.

QUEIROZ, Adolpho. **Reflexos fascistas da propaganda política no Brasil**. In Marketing Político Brasileiro, Adolpho Queiroz (coordenador)., Piracicaba: Intercom/Cátedra da Unesco, 2004.

_____ et al. *De Quintino Bocaiuva a Duda Mendonça: breve história dos marqueteiros políticos no Brasil republicano* In **Marketing Político, do comício à Internet**. Adolpho Queiroz, Carlos Manhanelli e Moisés Stefano Barel (organizadores), São Paulo: ABCOP – Associação Brasileira de Consultores Políticos, 2007.

RAMOS, Fernando Pessoa. **O que é documentário**. Disponível em <<http://www.bocc.uff.br/pag/pessoa-fernao-ramos-o-que-documentario.pdf>>. Acesso em 01 de fev de 2011.

RICHARDSON, Roberto Jarry et al. **Pesquisa Social: Métodos e Técnicas**. São Paulo: Atlas, 1989, 2º edição.

SANTOS, Célia Maria Retz et al. **Marketing Político Eleitoral**: Aspectos Históricos nas diferentes fases da República Brasileira. In Opinião pública e marketing político SANTOS, Célia Maria Retz (Org.). Bauru (SP): FAAC - Unesp, 2007.

SKIDMORE, Thomas E. **Brasil**: de Getúlio a Castelo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 12ª edição, 1982.

SIMIS, Anita. **Cinema e política cultural durante a ditadura e a democracia**. Relatório de Atividades do CONCINE, Segundo Semestre de 1988.

SIMIS, Anita. Estado e cinema no Brasil. São Paulo, Annablume/Fapesp, 1996.

SOUSA, Ranier. *História das eleições*. Disponível em <<http://www.historiadomundo.com.br/idade-moderna/historia-das-eleicoes/>>. Acesso em: 20 jun. 2009.

SOUZA, Carlos Roberto de. **A fascinante aventura do cinema brasileiro**. São Paulo, Cinemateca Brasileira, 1981.

SOUZA, Rose Mara Vidal de; GALINDO, Daniel. **Mito, simbolismo e outros ingredientes do marketing político**. São Bernardo do Campo, 2010.

SOUZA, Rose Mara Vidal de. **A imprensa na Segunda Guerra Mundial**. Texto apresentado à disciplina de Marketing Político Internacional, ministrada pelo professor Doutor Adolpho Queiroz, no mestrado em Comunicação Social da Universidade Metodista de São Paulo (UMESP), São Bernardo do Campo – SP, 2010.

TENDLER, Sílvio. A trajetória de um documentário. Entrevista concedida a Pedro Vasquez.

Folhetim, n°.376, p.8-9, 1º abr.1984.

RANDAZZO, Sal. **A criação dos mitos na publicidade**: como os publicitários usam o poder do mito e do simbolismo para criar marcas de sucesso. Rio de Janeiro: Rocco, 1996.

ROCHA, Daniela; FRANCO, Lincoln. **A importância do cinejornal na campanha eleitoral de Getúlio Vargas em 1950**. In Marketing Político, do comício à internet. Adolpho Queiroz, Carlos Manhanelli, Moisés Stefano Barel (org). São Paulo: ABCOP- Associação Brasileira de Consultores Políticos, 2007.

ROUANET, Sérgio Paulo. **Imaginário e dominação**. Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro Ltda., 1978.

TCHAKHOTINE, Serge. **A mistificação das massas pela propaganda política**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1967.

TOLEDO, C.N. **O governo Goulart e o golpe de 64**. São Paulo. Brasiliense. 1986.

ULSON, Glauco. **O método junguiano**. São Paulo: Ática, 1995.

VEBLEN, Thorstein. **A teoria da classe ociosa**: um estudo econômico das instituições. São Paulo: Abril Cultural. 1983.

YIN, Robert K. **Estudo de caso**: Planejamento e métodos. 2. Ed. Porto alegre: Bookman. 2001

ANEXO

Entrevista Silvio Tandler

Rose Vidal: *Porque a escolha do personagem Jango?*

Silvio Tandler: Na verdade eu não escolhi o Jango ele me escolheu. Eu morei seis anos fora do Brasil. Quando eu voltei em 1976, as pessoas contavam que o mais importante que tinha acontecido no Brasil era o enterro do JK e as manifestações políticas que o povo organizou no Rio de Janeiro e Brasília sem se preocupar se haveria repreensão ou não, em plena ditadura. Conversando com um amigo surgiu a idéia do filme, então fiz o juntei material e fiz o filme de JK entre 1976 e 1980.

Em relação ao Jango, eu já tinha uma imagem, uma simpatia por ele desde a infância. Lendo um jornal da época li uma notícia que o ex-secretário de comunicação do governo do Jango, Raul Ryff, tinha feito apresentação do filme JK na China e Rússia. Então liguei para ele e ele me convidou para um jantar. Daí por diante a gente foi batendo de porta em porta até conseguimos levantar o dinheiro para fazermos Jango.

RV: *E o sugestivo slogan “como, quando e porque se derruba um presidente”?*

ST: Sempre achei que ele foi injustiçado. E que a mídia sempre passou a imagem de incompetente, no filme tento mostrar o outro lado dele. Havia vários interesses obscuros em derrubar o Jango, banqueiros, latifundiários e outros.

RV: *Em que período aconteceu o longa metragem?*

ST: A produção começou ainda na ditadura e seu lançamento foi em 1984, em plena redemocratização brasileira.

RV: *Quais os trechos históricos que marcaram a produção do filme?*

ST: No filme Jango não teve nenhum fato histórico.

RV: *Como se deu a escolha dos entrevistados?*

ST: Pelo painel de gente muito importante daquela época, como Leonel Brizola, que era solidário e antagônico, O Brizola sozinho já daria um filme.

RV: *Quanto tempo para encontrá-los? Foi fácil, difícil?*

ST: Não foi fácil. Os entrevistados tinham vários compromissos e agenda lotada. O general Muricy, por exemplo que era de oposição, foram 6 a 8 meses de namoro. Ia na casa dele, desafiava dizendo que eles (a oposição) nunca tem chance de falar e quando tem não falam, até que conseguimos gravar.

RV: *Faltou algum depoimento importante no documentário?*

ST: Faltou o Arraes e o Tarcisio Nascimento. O Arraes se negou a dar entrevista tanto para o JK, quanto para o Jango, após o sucesso do filme ele ficou bravo por estar fora do longa metragem. Ficamos posteriormente amigos.

RV: *Na sua opinião, de que forma o populismo herdado por Getúlio Vargas influenciou a vida política de João Goulart?*

ST: É difícil avaliar o real significado da palavra populismo. O salário mínimo, reforma agrária e voto para analfabetos são ações populistas ou de inclusão social. O povo tinha simpatia por essas ações tanto de Vargas, quanto de Jango.

RV: *Houve em algum momento a tentativa de Jango se tornar um mito?*

ST: Acho que ele não teve essa pretensão. Jango era diferente de Getúlio Vargas e JK, que propunham uma revolução de popular. Goulart era um personagem sem envergadura pra se tornar mito.

RV: *Quais eram os pontos fortes e fracos de João Goulart?*

ST: Os fortes eram as lutas pelas reformas sociais e o fraco era a falta de competência para liderar essa luta. Ele não conseguiu ser o líder, se perdeu, mas a responsabilidade não foi só dele mas de todo o contexto político da época.

RV: *Como foi para o senhor lançar um filme entre dois períodos históricos (pré e pós ditadura)?*

ST: Foi um desafio. Apesar do filme ter tido seus contratempos serviu para mostrar a consciência cidadã, independente se estávamos em um período crítico ou não.

RV: *Como o senhor define a influencia do marketing político no cinema?*

ST: De uma forma indireta precisa. Lênin escreveu que o cinema era a mais importante das artes que desempenhava um papel político. Mussolini e Hitler utilizava a mesma coisa para fazer propaganda política no cinema. Penso que o cinema e a política é um casamento muito consciente, usado como instrumento de persuasão.

Filmografia

Longa-metragens	
Os Anos JK – Uma trajetória política (1980)	
• Prêmio Especial do JÚRI – Festival de Gramado (1980) • Melhor Montagem – Festival de Gramado (1980) • Melhor Montagem – Associação Paulista dos Críticos de Arte (1981) • Troféu Margarida de Prata – C.N.B.B. (1980) • Prêmio São Saruê – F.C.C.R.J. (1981) • Prêmio de Qualidade – Concine (1980) • Bilheteria: 800 mil espectadores	
O Mundo Mágico dos Trapalhões (1981)	
Jango (filme) (1984)	
• Troféu Margarida de Prata – C.N.B.B. (1994) • Prêmio Especial do Júri, melhor filme do Júri Popular e melhor trilha sonora do Festival de Gramado (1984) • Prêmio Especial do Júri, Havana (1984) • Festival Internacional Del Nuevo Cine Latinoamericano de Cuba (1984). Prêmio especial do júri. • Bilheteria: 1 milhão de espectadores	
Castro Alves (filme) – Retrato Falado do Poeta (1998)	
• Troféu Margarida de Prata – C.N.B.B. (1999)	
Glauber o Filme – Labirinto do Brasil (2002)	
• Seleção Oficial do Festival de Cannes (2004). "Hor concours" • Festival de Cinema de Brasília (2003): melhor filme pelo júri popular, prêmio da crítica e dos pesquisadores. • Festival de cinema e Vídeo de Cuiabá (2004): melhor produção, melhor roteiro. • Exibição na Mostra do Cinema Brasileiro na América Latina, Festival de Trieste na Itália e Mostra do Amanhã em Roma e Padova, na Itália.	
Encontro com Milton Santos ou O Mundo Global Visto do Lado de Cá (2007)	

• Festival de Cinema de Brasília (2006). Melhor filme pelo júri popular • FestCine Goiânia 2007: Melhor roteiro e melhor montagem • Cine'Eco 2007 - Festival Internacional de Cinema e Vídeo de Ambiente: Melhor filme • Festival Internacional de Documentários Santiago Álvarez in Memoriam (Cuba, 2008): Melhor filme
Média-metragens
Rondônia – Viagem à Terra Prometida (1986)
Memória do Aço (1987)
Aprender, Ensinar e Transformar (1988)
Caçadores de Alma (1988)
Chega de Saudades (1988)
Josué de Castro – Cidadão do Mundo (1994)
• Troféu Margarida de Prata – C.N.B.B. (1994)
• Menção Especial do Riocine Festival (1994)
Quilombo (1996)
Envira (institucional - 1997)
Marighella – Retrato Falado do Guerrilheiro (2001)
JK – O Menino que Sonhou um País (2002)
Oswaldo Cruz o Médico do Brasil (2003)
Paulo Carneiro – Espelho da Memória (2003)
Milton Santos – Por Uma Outra Globalização (2004)
• Jornada Internacional de Cinema da Bahia (2003). Troféu especial Mário Cravo Neto • Festival de Cinema, vídeo e Dcine de Curitiba (2006). Melhor vídeo média metragem
Memória e História em Utopia e Barbárie (2005)
• Margarida de Prata – CNBB (2005) • Jornada Internacional de Cinema da Bahia (2005) • Prêmio especial do júri • Público: 300 mil

Pílulas Históricas (????)
Curta-metragens
Cidade Cidadã (1998)
Bósnia (2000)
Dr. Getúlio – Últimos Momentos (2000)
Rio Republicano (Didático - 2000)
As Redes que a Unesco Tece (2004)
Abrindo Espaços (Institucional) (????)
Correndo Atrás dos Sonhos (Institucional) (????)
O Olhar de Castro Maya (2004)
Seriados
Anos Rebeldes (1992)
Era das Utopias (2009)
Outras realizações
Criou a Fundação Novo Cine Latino-Americano e o Comitê de Cineastas da América Latina. Foi presidente da Federação de Cineclubes do Rio de Janeiro e da Associação Brasileira de Cineastas.
Dirigiu a Fundação Rio (RIO ARTE) (1988) e o Centro Cultural Oduvaldo Vianna Filho (Castelinho do Flamengo) (1993). Foi diretor da TV Brasília, do Grupo Correio Brasiliense, em 1995, e no ano seguinte, Secretário de Cultura e Esporte do governo Cristóvão Buarque, em Brasília. Em 1997 assumiu a Coordenação de Audiovisual para o Brasil e o Mercosul da Unesco, onde permanece como consultor nesta área. Desde 1979 leciona no Departamento de Comunicação Social da PUC-RJ.

Fonte: Silvio Tendler. Disponível em <http://pt.wikipedia.org/wiki/Silvio_Tendler>